

FAZENDA PAU DE LENHA 1854: as ações dos Kaingang na defesa de seus territórios nos *Nerinhé* – Campos das Laranjeiras

Pau de Lenha Farm 1854: Kaingang actions in defense
of their territories in *Nerinhé* – Campos das Laranjeiras

Lúcio Tadeu
MOTA

 ltmota@uem.br

Universidade
Estadual de Maringá,
Departamento de História,
Programa de Pós-Graduação
em História.
Maringá, PR, Brasil.

RESUMO

Os *Nerinhé*, territórios Kaingang a oeste de Guarapuava, estavam insurretos em meados do século XIX. Era a resposta dos indígenas às fazendas que estavam sendo implementadas em seus campos, às expedições militares que devassavam suas matas, seus rios e seus locais sagrados. Os fazendeiros guarapuavanos ousavam invadir os *Nerinhé*, mesmo com o risco de vida, como ocorreu com a família do alferes Domingos Machado. O governo imperial empregou recursos e forças militares para a abertura da estrada de Guarapuava ao Rio Paraná e procurou implementar sua política indigenista para fundar colônias indígenas na região e com isso controlar os grupos Kaingang insurretos. Os dados arqueológicos evidenciam a profundidade temporal e espacial da ocupação Kaingang na região e a documentação analisada mostra as ações dos Kaingang na defesa de seus territórios e de seus modos de vida. Suas permanências atuais nas Terras Indígenas Rio das Cobras e *Koho Mu*–Boa Vista comprovam o protagonismo Kaingang pela manutenção de parcelas de seus antigos *Nerinhé*.

Palavras-chave: etno-história indígena; índios Kaingang; relações socioculturais; fronteiras e populações.

ABSTRACT

In the mid-19th century, the *Nerinhé*, Kaingang territories west of Guarapuava, saw an upheaval of its indigenous peoples in response to the farms being implemented in their fields, the military expeditions that ravaged their forests, rivers, and sacred places. Guarapuava landowners dared to invade the *Nerinhé*, even at the risk of their lives, as happened to Lieutenant Domingos Machado and his family. The imperial government employed resources and military forces to open a road from Guarapuava to the Paraná River and implement its indigenous policy to control the insurgent Kaingang groups by founding Indigenous Colonies. Archaeological data reveal the temporal and spatial depth of the Kaingang occupation in Guarapuava and the analyzed documentation shows the Kaingang's actions in defending their territories and ways of life. Their current permanence in the Rio das Cobras and *Koho Mu*–Boa Vista Indigenous Lands is proof of the Kaingang protagonism in maintaining portions of its former *Nerinhé*.

Keywords: indigenous ethnohistory; Kaingang Indians; social and cultural affairs; borders and populations.

Era uma quarta-feira, primeiro de fevereiro de 1854, o sol estava a pino por volta do meio-dia, quando um grupo Kaingang liderado pelo cacique *Deggaembang* aproximou-se da Fazenda Pau de Lenha, nos *Nerinhé*¹ – Campos das Laranjeiras – a oeste da vila de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava. Dessa vez os Kaingang não tinham as mesmas intenções das vezes anteriores: a de solicitar brindes. As notícias que posteriormente chegaram a Guarapuava, e depois na capital da província e nos grandes centros do país, foi a de que esse grupo Kaingang tinha atacado a fazenda, assassinado seu proprietário e mais oito pessoas, além de deixarem outras feridas. As terras dessa fazenda foram apossadas pelo alferes Domingos Floriano Machado, no início da década de 1840, e ele estava acostumado a receber grupos Kaingang em sua propriedade.

No mesmo dia do ataque à fazenda dos Machados, outro grupo Kaingang atacou a fazenda de José Nogueira do Amaral, onde fizeram um cerco por três dias. Essa mesma fazenda foi atacada novamente no dia 24 de maio às quatro da tarde, e nesse ataque os Kaingang feriram dois soldados que ali estavam destacados para defesa da fazenda e tiveram dois dos seus mortos. Antes desses episódios, em junho de 1849, os Kaingang tinham atacado moradores na região do Rio Cavernoso, na localidade de Araras, onde fizeram vítimas a família de Francisco Alves Pereira (TEIXEIRA, 1997, p. 10) e atacaram o Acampamento Militar do Chagu em 1849 e 1851.

Esses ataques foram uma das respostas que os Kaingang deram aos invasores na defesa de seus territórios. Durante essa guerra, nas fronteiras, vigiavam constantemente os passos dos invasores, procuraram destruir os acampamentos militares e as fazendas ali instaladas. Mas a ação indígena não se restringia apenas a embates bélicos. Visitavam as fazendas em busca de objetos e ferramentas, destruíam as instalações militares, mas preservavam as roças de milho plantadas pelos soldados. Os Kaingang dos *Nerinhé* atuaram de diversas formas, utilizaram de todas as possibilidades que lhes apresentavam na defesa de seus territórios e continuidade de suas vidas.

Enquanto ocorria a guerra nas fronteiras das ocupações dos territórios indígenas, o Governo Imperial, através do Decreto nº 426 de 24/07/1845 – Regimento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios, traçou sua política para lidar com os povos indígenas. Para Carlos de Araújo Moreira Neto, a questão da posse da terra constitui a base da problemática indígena no Império. Ele sustenta que “[...] A política Indigenista brasileira da segunda metade do século XIX [...] foi moldada segundo os interesses da expansão da grande propriedade agrária e dos projetos específicos de colonização desenvolvidos em certas regiões do país” (MOREIRA NETO, 1971, p. 78). Esse núcleo central da análise de Moreira Neto iluminara grande parte das análises realizadas por historiadores e antropólogos que estudaram as políticas indigenistas no século XIX.

Assim que o Regimento das Missões de Catequese e Civilização dos Índios foi anunciado, a elite campeira guarapuavana vislumbrou a possibilidade de criação de Colônias Indígenas utilizando-se dos recursos do Império destinados à catequese e civilização dos indígenas. Para liberação dos territórios indígenas do *Payquere*, a noroeste da Vila de Guarapuava, propuseram a criação de Colônias nos locais denominados Campina do Vitorino e Abarracamento, e para liberação dos *Nerinhé* a oeste, uma Colônia nos Campos das Laranjeiras.

Ao mesmo tempo, o governo do Império implementava outra estratégia de ocupação dos territórios indígenas com abertura de estradas. No caso dos *Nerinhé* – Campos das Laranjeiras – era a estrada traçada para ir de Guarapuava em direção ao oeste até as barrancas do Rio Paraná nas proximidades da confluência do Rio Iguaçu. Essa estrada devassaria ao meio os territórios Kaingang.

Assim, o período tratado é marcado pela chegada dos primeiros fazendeiros, pelas tentativas de fundação e refundação das Colônias Indígenas, pelo início das expedições de exploração do traçado da estrada de Guarapuava ao Rio Paraná e pela emancipação da província do Paraná de São Paulo em 1853. A partir de 1854 o Paraná Provincial passou a administrar politicamente esses territórios e temos novas configurações políticas operando junto aos interesses da elite campeira guarapuavana.²

Nesse recorte temporal e nas espacialidades estudadas encontramos diversos grupos Kaingang com suas unidades territoriais definidas com suas intrincadas relações socioculturais, que foram complexificadas com a chegada de populações não indígenas. Nos Campos de Guarapuava viviam os grupos Kaingang denominados de *Camés* e *Votorões*, os que viviam a oeste do rio Cavernoso eram denominados pejorativamente pelos guarapuavanos de *Cayeres* (macacos); depois de alguns anos passaram a ser nominados de *Dorins*, isto é, os que habitavam os territórios do rio *Dorin*³. Os *Tac-Taías* viviam nas margens do rio Utatu, denominado por eles Quemtú (LIMA, 1943a, p. 258), hoje rio Cantú, afluente da margem direita do rio Piquiri. A sudoeste, entre os rios Iguaçu e Uruguai, estavam os grupos conhecidos em Guarapuava nas décadas de 1810 e 1820 por *Xocrens* (LIMA, 1842, p. 52).

Essa complexidade histórico-social está presente numa vasta documentação, ainda não devidamente explorada, existente no Arquivo Público de São Paulo, nos Arquivos da Cúria de Guarapuava e nos arquivos de Câmaras Municipais de cidades como Castro, Itapetininga e Sorocaba, que, de alguma forma, interagiram com a freguesia de Guarapuava. E, após esse período, na documentação da Câmara de Vereadores de Guarapuava, do Arquivo Público do Paraná. Também, quando devidamente analisada, está presente nas obras de memorialistas regionais e nos etno-conhecimentos e tradições orais dos Kaingang que vivem nas Terras Indígenas Rio das Cobras e *Koho-Mu*.

A ancoragem metodológica para elucidação das ações, protagonismos e agência indígenas se dá nos postulados da etno-história, que vêm sendo problematizada nos Estados Unidos desde a Conferência de História Indígena de Columbus, ocorrida em Ohio, em 1953. Essa é uma estratégia de pesquisa que pressupõe o uso combinado dos dados advindos de diversas disciplinas, como, por exemplo: linguística, dados ambientais, cultura material, dados etnográficos, documentação histórica e incorporação na análise das informações geradas pelas tradições orais e os etno-conhecimentos dos indígenas.⁴

Os Nerinhé – Campos das Laranjeiras

Os territórios Kaingang dos *Nerinhé* – Campos das Laranjeiras – começavam na margem direita do rio Cavernoso e seguiam pelos vales dos rios do Cobre, Cantú e outros menores formadores do rio Piquiri, até os interflúvios desse com o rio Paraná.

As informações arqueológicas registram para essa área 59 sítios arqueológicos com vestígios cerâmicos da Tradição Itararé relacionados aos Kaingang e apresentam duas datas para a ocupação Kaingang nessa região:⁵ uma que chega próximo a 900 anos antes do presente, e outra que ultrapassa a 700 anos AP (antes do presente). O primeiro sítio, Arroio do Tanque, bem próximo do antigo Aldeamento de Atalaia, foi escavado e datado recentemente e apresentou uma ocupação que chega a 700 anos antes do presente (AP). O sítio Carajá 1, pesquisado nos anos de 1970 por Igor Chmyz e Clara Sauner, no município de Ubiratã, mostra uma ocupação mais antiga, que chega próximo a 900 anos AP (Quadro 1).

Quadro 1 – Sítios arqueológicos com vestígios cerâmicos da Tradição Itararé-Taquara, relacionados aos Kaingang, na bacia hidrográfica do Rio Piquiri

Nº	Município	Nome do sítio e coordenada UTM	Número CNSA ou Código IPHAN	Datação AP	Referência
1	Guarapuava	Arroio do Tanque 22J 445724 m E 7203974 m S	PR-4109401-BA-ST-00003	710 ± 30	(ARQUEOLÓGICA, 2019, p. 1-5)
2	Ubiratã	Carajá 1 – PR-UB-004 22J 286473 m E 7290826 m S ⁶	PR00553	855 ± 95	(CHMYZ; SAUNER, 1971, p. 16-19)

Fonte: elaborado pelo autor.

A literatura arqueológica elenca alguns padrões de ocupação dos ancestrais dos Kaingang. Muito comuns são os sítios-oficinas (caracterizados como locais de preparo de artefatos líticos, por polimento ou lascamento), os sítios/aldeias, onde são encontrados vestígios de habitações com material cerâmico, os sítios com construções/monumentos (casas semissubterrâneas, mounds/enterramentos) e os *parí*, armadilhas de pesca construídos nas corredeiras dos rios, todos relacionados aos Jê do Sul do Brasil.

Os dados arqueológicos atuais mostram uma ocupação adensada e sedentária no médio vale do rio Piquiri desde 900 AP. Essa ocupação foi evidenciada pelos primeiros europeus que cruzaram a região no século XVI. Nessa região, os invasores espanhóis fundaram a ermida de Nossa Senhora de Copacabana e a primeira povoação de Vila Rica do Espírito Santo ainda no século XVI, e os padres jesuítas a Redução de Conceição Nossa Senhora dos Guananos, em 1627.

No início do século XIX, uma nova frente de ocupação luso-brasileira chegou nos *Korambang-rê*⁷ com as tropas militares de Diogo Pinto em 1810. Desde então temos informações mais detalhadas de que grupos Kaingang viviam nos territórios vizinhos de Guarapuava. Ao Noroeste estavam os *Paykerê*⁸, alcunhados pelos fazendeiros guarapuavanos de Campina do Vitorino, Campos do Abarracamento e Campos do Mourão. Ao Sudoeste, depois do Rio Iguaçu, estavam os *Kreie-bang-rê* (BORBA, 1908, p. 118), Campo do Pilão Grande, renomeados com fitotopônimo de Palmas, e a oeste estavam os *Nerinhé*, Campos das Laranjeiras, nomenclatura conhecida até hoje pelos Kaingang que vivem nas Terras Indígenas Rio das Cobras e *Koho-mu*.

A nomenclatura *Nerinhé*, ou Campos das Laranjeiras, aparece num mapa feito pelo engenheiro Pedro Müller em 1815 (Figura 1). Nesse mapa, o rio *Dorim* tem as nascentes nos interflúvios com o rio Xarôô/Cavernoso, nominado pelos Kaingang de *Sãgroro*, e ruma para noroeste para desaguar no rio Piquiri.

Depois os *Nerinhé* passaram a ser chamados pela população de Guarapuava de Campos das Laranjeiras, mas diversas localidades desses territórios também recebiam outras nomenclaturas Kaingang, como, por exemplo: os *Minkriniare*, e/ou *Xongu*⁹. Com o tempo, os não indígenas que ali foram implementando suas fazendas renomearam e/ou aportuguesaram a nomenclatura desses territórios. Os *Xongu* passaram a ser Xagu/Chagu, e os *Nerinhé* passaram a ser os Campos das Laranjeiras, onde hoje estão diversos municípios, inclusive dois, Laranjeiras do Sul e Nova Laranjeiras, com o fitotopônimo composto Laranjeiras. (ANANIAS; ZAMARIANO, 2014, p. 185-208)

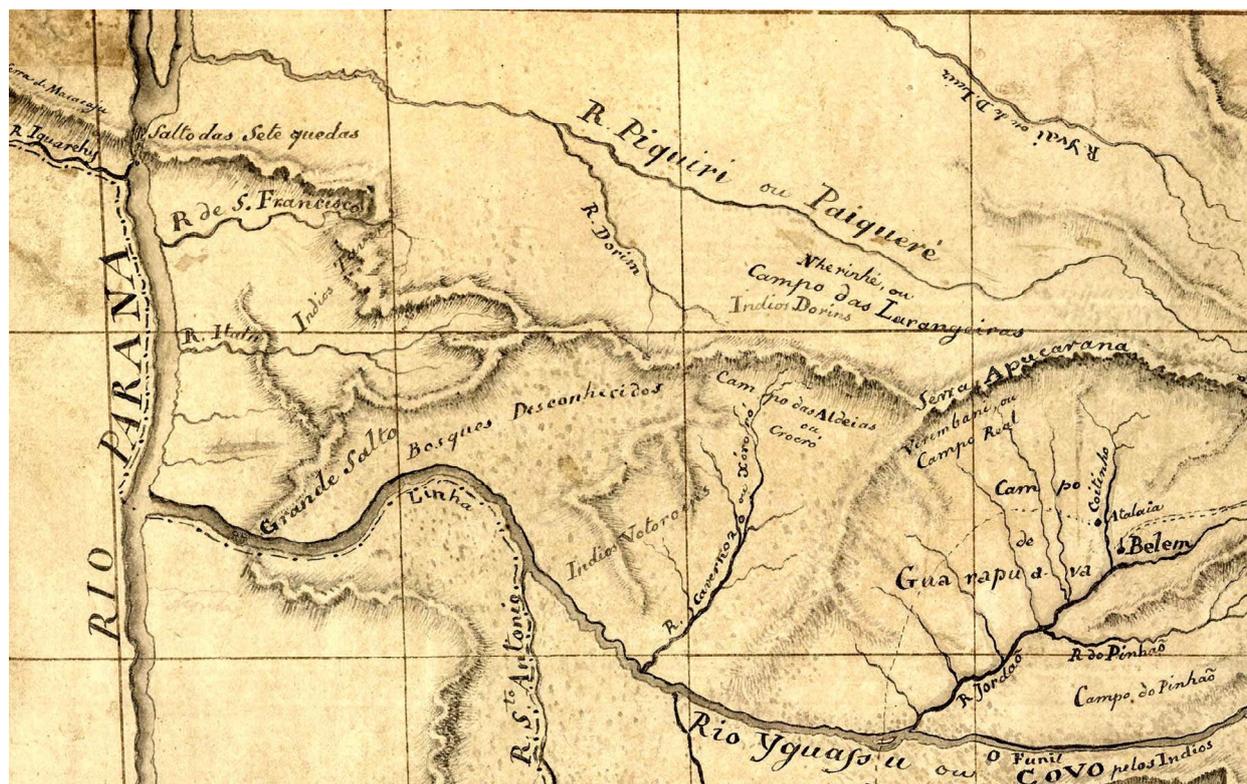


Figura 1 – Mapa do campo de Guarapuava e territórios.

Fonte: Daniel Pedro MÜLLER. **Mappa do Campo de Guarapuav[a], Paraná e territórios cor[...].** [1815].

Em 1821, o padre Francisco das Chagas Lima fez um mapa dos recém conquistados territórios Kaingang nos Campos de Guarapuava (Figura 2). Nele, indicou os locais da Freguesia de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava, do Aldeamento Indígena de Atalaia, a Sesmaria do Vigário, as pequenas “sortes” (lotes) de terras dos portugueses pobres e a distribuição das grandes fazendas de criar. A fazenda mais a oeste de Guarapuava era a de João Mendes de Araújo, que chegava até a margem esquerda do rio Xarôô/Cavernoso, Além dele, no vale do rio Dorim, não havia nenhuma outra fazenda ou moradia de não indígenas. Assim, até as duas primeiras décadas do século XIX, os limites da ocupação dos fazendeiros a oeste da Vila de Guarapuava era o rio Cavernoso/Sãgroro.

A nomenclatura *Dorim* para o rio a oeste da freguesia de Guarapuava também aparece num documento do Padre Chagas Lima, escrito no início de 1822, no qual ele informou que, após a peste de varíola, que assolou Atalaia em 1812, diversos grupos se afastaram do aldeamento: “hindo-se alojar, segundo constou, os que eram *camés*, com *Araicó* nas margens do Rio *Dorim*”.¹⁰

Outras informações sobre esses territórios a oeste da freguesia de Guarapuava estão nos manuscritos do Padre Francisco das Chagas Lima. Em 15 de janeiro de 1826, ele descreveu os grupos indígenas que havia na freguesia de Guarapuava e territórios adjacentes: “[...] os Dorins em hum Campo considerável, por nos ainda não conhecido, que está próximo ao seu Alojamento; denominado pelos Indios Nerinhê, isto he, Campo das Laranjeiras, por haverem ahi muitas arvores silvestres desta qualidade” (LIMA, manuscrito 15/01/1826, p. 4).



Figura 2 – Mapa dos Campos de Guarapuava. Rio Dorim à esquerda.
Fonte: Lima (1943b, p. 206).

Os moradores da freguesia de Guarapuava passaram a nominar os grupos Kaingang que vinham dos territórios do oeste de *Dorins*, conforme explicou Chagas Lima: “Nós temos dados a estes Indios o epitheto Dorins, por que sua habitação he nas margens do Rio Dorim, para as partes d’oeste, 26 léguas em distância de Atalaya”. E, conforme cálculos do padre Chagas Lima, nesse manuscrito de 1826, “A horda dos Dorins ainda selvagens há de constar de 400 individuos”. (LIMA, manuscrito 15/01/1826, p. 4) As primeiras aldeias dos Kaingang/*Dorins* poderiam estar nas primeiras colinas além do rio Cavernoso, no atual município de *Goioxim-PR*, e se estenderiam em direção ao oeste/noroeste, constituindo os territórios Kaingang dos *Nerinhé*.

A partir do início da terceira década do século XIX, esses campos entraram na mira dos fazendeiros e das autoridades de Guarapuava. Em 1830, o comandante militar da Vila, Antônio da Rocha Loures, organizou uma expedição para ocupação dos Campos das Laranjeiras (LOURES, manuscrito 1830) No ano seguinte, ele entrou nos *Nerinhé* cruzando o rio Cavernoso, e, depois de cinco léguas (33 km), sua expedição chegou num “monte bastante elevado, que os indígenas denominam Duté Crin, pelo nosso idioma Monte da estrella, pela grande abundância de pedras cristais brancas, amarelas e roxas que alli haviam”. Em seguida, Rocha Loures, com mais seis companheiros e uma índia de guia, chegaram nos *Nerinhé* – Campos das Laranjeiras –, distante três léguas (19,8 km) do Monte da Estrela onde a expedição tinha acampado.

Que dali em diante atravessando algumas pequenas restingas na distância de 3 boas legoas chegaram ao dito laranjal, e que supunham ser plantado com ordem de rua e em grande quantidade de laranjeiras doces e azedas, do que trouxeram-nos alguns fructos, e que temendo algum assalto dos Indígenas Selvagens não puderam circunstanciadamente observar todo aquele sitio, que nos consta a tradição ser uma Praça Hespanhola abandonada (ARAÚJO, manuscrito, 09/12/1833, p. 01-02).

Essas informações foram repassadas ao governo provincial em São Paulo, e, em 1835, Rafael Tobias de Aguiar, então presidente provincial, ao discutir a implantação de colônia para degredados na região de Guarapuava, indicou a necessidade de povoar “os campos do Corvo, Palmas e Laranjeiras”, indicando serem eles já conhecidos pelas autoridades da província.¹¹

A historiografia de memorialistas regionais registra a presença de fazendeiros nos Campos das Laranjeiras no início da década de 1840. O alferes Domingos Machado, que teve sua fazenda atacada em 1854, foi um dos primeiros a chegar nesses campos e lá estabelecer uma fazenda em agosto de 1840 (CAMARGO, 1967, p. 4; MUSSOI, 2002, p. 51).

Anos mais tarde, entre 1855 e 1857, quando o vigário Antônio Braga de Araújo passou a fazer o registro das 396 propriedades na Vila de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, aparecem nos registros algumas propriedades nas localidades de Laranjeiras e Cantagalo além do Rio Cavernoso.¹²

O fazendeiro Lucas dos Santos Cordeiro era o vizinho a leste da propriedade de Domingos Machado (VECHIA, 2017, p. 94). Ele tinha uma propriedade de “campos de criar” adquirida por “posse primária” na localidade de Cantagalo, com uma extensão de “2 léguas de comprimento” por “uma de largura”, o equivalente a uma fazenda de 8.712 hectares.¹³ A oeste da fazenda de Machado, estava a de José Nogueira do Amaral, que tinha se apossado de uma vasta área de “campos de criar” que se alongava até as proximidades do rio Chagu. Ela media “2 léguas e meia de comprimento e 2 de largura” (VECHIA, 2017, p. 67), uma fazenda de 21.780 hectares, maior que a atual Terra Indígena Rio das Cobras, que tem 18.681 hectares.

As terras apossadas pelo alferes Domingos Machado, denominada de Pau de Lenha, após sua morte e de sua família pelo grupo Kaingang do cacique Deggaembang, passou a espólio de seus herdeiros que as regularizaram no livro *Registro do Vigário*, em novembro de 1855. Um deles foi Joaquim Ferreira Bello, que registrou ter adquirido, por herança de seu cunhado Domingos A. Machado, uma propriedade de “légua e meia de comprimento e de largura 1 légua” (VECHIA, 2017, p. 62), equivalente a 6.534 hectares. Outra parcela das terras do espólio de Domingos Machado foi registrada pelo seu irmão Manoel Joaquim Machado¹⁴, ela tinha “1 légua e meia” de extensão de campos e matos, equivalendo a 9.801 hectares (VECHIA, 2017, p. 62). Uma terceira propriedade fruto desse espólio foi registrada por Maria Eufrásia do Nascimento, irmã do alferes Domingos Machado, e seus herdeiros. Ela tinha “légua e meia em quadra”, com 9.801 hectares (VECHIA, 2017, p. 91). Outra irmã de Domingos Machado, de nome Anna Maria da Rocha, também fez o registro de uma propriedade de campos recebida do espólio de seu irmão, mas de que não consta a extensão. As terras apossadas pelo alferes Domingos Machado nos territórios Kaingang do *Nerinhé* tinham uma extensão de mais de 26.000 hectares (Quadro 2).

Quadro 2 – Espólio da Fazenda Pau de Lenha de Domingos Floriano Machado

Joaquim Ferreira Bello	Cunhado	6.534 ha
Manoel Joaquim Machado	Irmão	9.801 ha
Maria Eufrásia do Nascimento	Irmã	9.801 ha
Anna Maria da Rocha	Irmã	Não consta a extensão dessa propriedade
Total em hectares		26.136

Fonte: elaborado pelo autor.

Motivados pela atividade de criação de gado, exportação de animais e de seus subprodutos como couro e carne, essas fazendas estavam em atividades nos *Nerinhé* desde o início da década de 1840. A partir de 1848, elas foram o ponto de apoio para as expedições militares que chegaram nesses territórios com a missão de abrir a estrada em direção às fronteiras do Brasil até o Rio Paraná, potencializado, dessa forma, a invasão dos territórios Kaingang dos *Nerinhé*.

A política imperial de adensamento dos indígenas em Colônias e os interesses da elite campeira guarapuavana

Enquanto a elite campeira guarapuavana estendia seus domínios nos territórios indígenas adjacentes aos campos de Guarapuava, como estava ocorrendo nos *Nerinhé* – Campos das Laranjeiras –, o governo imperial traçava as linhas mestras de sua política indigenista com a implementação do Decreto nº 426, de 24/07/1845 – Regimento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios. No entanto, a política imperial de adensamento dos indígenas em Colônias tinha muitas facetas, não era operacionalizada de forma homogênea e estava sujeita aos interesses mais imediatos dos fazendeiros que ocupavam os territórios indígenas nas zonas fronteiriças. No caso de Guarapuava, a estratégia de adensar os grupos Kaingang em aldeamentos tinha sido implementada desde a chegada da Real Expedição nos *Koran-bang-rê* – Guarapuava – em 1810, com a criação do Aldeamento de Atalaia, e nos *Kreie-bang-rê* – Campos de Palmas – a partir de 1839, com a ocupação daqueles territórios por consórcios de fazendeiros.

Uma das primeiras medidas tomadas pelo governo provincial de São Paulo, em obediência ao Decreto nº 426, foi enviar padres capuchinhos para os territórios de fronteira. Em agosto de 1845, o frei Pacífico de Montefalco informou ao bispo diocesano de São Paulo que ele e mais outros padres tinham chegado aos aldeamentos organizados pelo Barão de Antonina entre os rios Verde e Itararé (MONTEFALCO, manuscrito 21/09/1845). E, no ano seguinte, o bispo Joaquim Manoel G. de Andrade informou ao presidente da província que estava ciente de suas ordens sobre o envio de padres capuchinhos, sediados na vila de Itapeva da Faxina: “fossem hum para Guarapuava e outro para o Campo de Palmas, para nestes lugares continuassem no exercício das missões de que estão encombidos” (ANDRADE, manuscrito 24/05/1846).

Em 1846, tomou posse na Diretoria Geral dos Índios de São Paulo o Cel. José Joaquim Machado de Oliveira, que iria comandar a política indígena do Império na província de São Paulo e na 5ª Comarca de Curitiba e Paranaguá.¹⁵ Dois anos depois, em novembro de 1848, Machado de Oliveira escreveu ao presidente Vicente Pires da Mota que a melhor alternativa para apaziguar “as tribos indígenas, que ameaçavam o território de Guarapuava” era refundar o Aldeamento de Guarapuava, para onde poderia atrair as “[...] tribos dos Dorins e Coroados que habitam de longa data as margens do Paiquerê”. Essa medida lhe

foi sugerida pelo índio Francisco Mendes de S. Paio, o mesmo que tinha sido contratado como guia da expedição da estrada Guarapuava ao Rio Paraná. Conforme Machado de Oliveira, o índio Francisco era:

[...] um dos índios que serviram para a fundação do Aldeamento de Guarapuava, e que por pertencer as tribos que foram mencionadas, tem nelas parentes e amigos com os quaes há sempre [...] relações, propondo-me essa medida como a mais eficaz para desassobrar aquelle território e ao mesmo passo reorganizar esse antigo Aldeamento.¹⁶

A proposição do índio Francisco era de que o Aldeamento de Guarapuava deveria ser refundado nas terras que foram concedidas como sesmaria por D. João VI em 1819, quando seu pai Luiz Tigre Gagon comandava os grupos Kaingang do Aldeamento de Atalaia, sesmaria que naquele momento tinha sido esbulhada pelos fazendeiros de Guarapuava. A ideia foi assumida pelo Diretor dos Índios, que finalizou seu ofício ao presidente Pires da Mota reafirmando-a

A V. Ex^a pois assumi esta proposta, attestas as providencias que reclamam os moradores do território de Guarapuava, e que me foram presentes pelo antecessor de V. Ex^a convirá que proceda a isso a restituição das terras de que os índios se acham defraudados; pois que esse proceder como é de fácil intuição, servira tão bem de incentivar para atrair das mattas as tribos que habitam as margens do Paiquerê, e que de há muito manifestam tendencias para civilização e vida social. (OLIVEIRA, manuscrito 07/11/1848).

O entendimento do Diretor dos Índios era de que esses dois aldeamentos, Guarapuava e Palmas, deveriam ser reestabelecidos sob a direção do cidadão Hermógenes Carneiro Lobo, fazendeiro na região de Palmas e aliado do Barão de Antonina. O Diretor dos Índios defendia, inclusive, que fossem devolvidas aos índios as terras do antigo aldeamento, doadas por sesmaria por Dom João VI em 1819, das quais os fazendeiros de Guarapuava tinham se apropriado.

Machado de Oliveira também escreveu ao antigo administrador do Aldeamento de Guarapuava, Antônio da Rocha Loures. Ele queria ter a opinião balizada sobre a questão de como fazer “o chamamento das tribos indígenas, que habitam as margens do Paiquerê” (rio Piquiri), que ameaçavam os fazendeiros do distrito de Guarapuava. E para isso nada melhor que o velho capitão Rocha Loures, que ali tinha chegada com a expedição de Diogo Pinto, em 1810.

[...] para esse fim, dirigi-me nesse sentido ao Capitão Antonio da Rocha Loures, antigo morador estabelecido no mesmo distrito, rogando-lhe que me indicasse o melhor modo de se levar a efeito essa tentativa, visto que sua capacidade e bastante experiencia o habilitavam para aconselhar.¹⁷

Mas ele não teve respostas, sua insistência em devolver a sesmaria dos índios e suas relações com o Barão de Antonina fecharam-lhe as portas da elite campeira de Guarapuava.

Para essa elite, refundar os aldeamentos de Guarapuava e Palmas era coisa do passado, esses antigos aldeamentos tinham tido sua serventia de adensar os índios em torno das vilas para liberar os territórios de campos naturais para suas fazendas. Passados 30 anos, alguns deles estavam se apossando das últimas terras doadas para o aldeamento, e outros dessa elite vislumbravam a posse de novas terras além de Guarapuava. Já tinham feito expedições exploradoras a noroeste, nos locais denominados de Campina do Vitorino

e Abarracamento, com vistas nos territórios do *Payquere*, e a oeste, nos Campos das Laranjeiras, nos cobijados *Nerinhé*. A criação de novos aldeamentos, com os recursos do império, nessas novas zonas fronteiriças, era o desejo dos fazendeiros de Guarapuava.

Em 20 de maio de 1853 a Câmara Municipal de Guarapuava, em sessão ordinária, deliberou favoravelmente sobre a criação de aldeamento nos *Nerinhé*, e oficiou o Presidente da província em São Paulo sobre as expedições que naqueles territórios já tinha feito o cidadão e vereador Francisco Ferreira da Rocha Loures.

Ilmo Exmo Snr

Em officio de 15 de janeiro do ano corrente dirigido a V. Exa pelo cidadão Francisco Ferreira da Rocha Loures, manifestando os pormenores de uma deligencia que ele e outros intentarão ao Oeste desta Povoação pelo denominado acampamento do Chagu solicitou não só a fundação de uma Cathequese aos Indios daqueles lados como medida de vantajosa utilidade, mas também alguma quantia para desde logo distribuir em beneficio dos ditos índios.¹⁸

Os vereadores expuseram não terem dúvidas sobre os benefícios que a Colônia traria com a catequese dos indígenas e que esta era a melhor e a mais eficaz medida para trazer a *vida social* os índios daqueles territórios.

Apesar de concordar com o pressuposto de que a política imperial de catequese e civilização, por meios brandos, era a melhor forma de lidar com os indígenas, José Joaquim Machado de Oliveira escreveu um longo documento explicando ao presidente da província que os fazendeiros de Guarapuava estavam equivocados com a pretensão de criar um aldeamento nos Campos das Laranjeiras. Primeiro ele destacou o sucesso dos aldeamentos comandados pelo Barão de Antonina nos vales dos rios Paranapanema e Juquiá por serem habitados pelos índios Kayowa, de “índole mansa e pacífica”. Depois ele fez um histórico do fracasso dos aldeamentos de Guarapuava e Palmas, que tinham tido uma gestão desastrosa sob o comando de pessoas ligadas aos fazendeiros dessas vilas, e propôs revitalizá-los sob a direção do cidadão Hermógenes Carneiro Lobo, de confiança dele, e do Barão de Antonina. E, por último, elencou uma série de fatores como: distância entre local do aldeamento e a vila de Guarapuava, dificuldade de encontrar um cidadão de bem que pudesse ser nomeado Diretor do Aldeamento, negativa dos padres capuchinhos em se deslocar para um território tão distante para realizar o trabalho de catequese e os custos que tal aldeamento dispenderia para os cofres do Império. Esse rol de dificuldades de antemão explicaria o fracasso do aldeamento requerido pelos fazendeiros para os Campos das Laranjeiras.

A revitalização do aldeamento de Guarapuava para acolhimento dos grupos Kaingang que vinham dos territórios a leste, no parecer de Machado de Oliveira, era a melhor política a ser seguida. E, respondendo aos seus desafetos de que essa política estaria estimulando mal os índios a não trabalharem para conseguir bens da sociedade, ele respondeu que era: “melhor facilitar-se aos índios esses meios de subsistência, do que força-los a levarem eles dos nossos povoados” (OLIVEIRA, manuscrito 30/08/1853, fl 98).

A posição de Machado de Oliveira estava alinhada com os interesses do Barão de Antonina, que tinha grande influência na corte naquele momento. O barão estava interessado que os recursos do Império para catequese e civilização dos índios fossem investidos na calha do rio Paranapanema, onde ele tinha suas fazendas e por onde passariam as expedições para se chegar aos extensos campos nos territórios do Mato Grosso cobijados

por ele. Isso explica os gastos com o Aldeamento de São João Batista da Faxina e com a fundação do Aldeamento de São Pedro de Alcântara no rio Tibagi, na rota para o Mato Grosso, em 1854.¹⁹ Mas, para o Barão, era importante ter o controle das ações relacionadas à política da catequese dos índios no sul da província, por isso a insistência de Machado de Oliveira, junto ao presidente da província, em nomear um aliado seu, o cidadão Hermógenes Carneiro Lobo, como Diretor de Aldeamento indígena na região de Guarapuava e Palmas.

A estrada Guarapuava ao Rio Paraná

No final da década de 1840 os territórios indígenas a oeste do rio Cavernoso passaram a ser devassados por expedições militares, que tinham a missão de fazer o traçado da estrada que deveria ligar Guarapuava ao rio Paraná. Essa estrada era estratégica para o governo imperial, além de abrir e tornar conhecidos esses vastos territórios, ela propiciaria vigiar a fronteira oeste com o Paraguai e a Argentina. Tanto que a ordem para sua abertura partiu do Ministério do Império, que, em 1846, incumbiu o:

Major do Imperial Corpo de Engenheiros Henrique de Beaurepaire Rohan a importante comissão de determinar a mais curta e conveniente direcção de huma estrada, que, partindo de Guarapuava na Província de S. Paulo, se dirija á margem esquerda do Paraná.²⁰

A missão do Major Beaurepaire-Roham também era a de verificar se o rio Iguaçu era navegável até sua confluência no rio Paraná, e se as terras por onde passaria a estrada eram apropriadas para o assentamento de colônias de povoamento.

A expedição de Beaurepaire-Roham partiu de São Paulo em direção a Guarapuava, no ano seguinte, em janeiro de 1847 (BRASIL, Relatório, 1848, p. 55), com uma força de 30 praças de 1ª Linha, tendo como encarregado dos trabalhos de topografia o piloto Camilo Lélis da Silva.²¹

Em maio de 1848 a expedição tinha entrado nos “sertões”, além do posto do Chagu, no centro dos *Nerinhé*. Depois de 15 dias de “infructuosas diligencias”, ela retornou ao acampamento, onde o comandante deixou 15 homens, “incumbidos de continuar os trabalhos da picada”. O Major Beaurepaire foi substituído na comandância da expedição pelo Major Luiz José Monteiro, e o Ministério do Império autorizou novos recursos no montante de 18:812\$000 (dezoito contos e oitocentos e doze mil reis) para as despesas com a estrada, que deveria durar até o mês de junho de 1849.²² Além dos recursos provenientes dos cofres do Império, o governo provincial paulista também autorizou a realização de algumas despesas no final de 1848, despesas essas que Souza (2015, p. 284) afirma terem sido para contratação do guia índio Francisco Lopes de Sampaio, com a missão de atrair para o Aldeamento de Guarapuava os índios daqueles territórios.

Enquanto o Cel. Machado de Oliveira aguardava informações de Guarapuava, as explorações ao oeste da vila continuavam. No início de 1849, Francisco Ferreira da Rocha Loures, filho e sucessor de Antônio da Rocha Loures nas questões relacionadas aos povos indígenas do Distrito de Guarapuava, escreveu ao presidente da província de São Paulo para informá-lo que o francês, Pedro Humel Arthur Aloys Scherer, tinha,

[...] chegado as margens do rio Paraná com uma escolta de 14 homens comandados por ele, os quaes por conta da Expedição encarregada da entrada por esta Freguesia ao Paraguay, tinhão sahido a fim de explorarem e abrirem a picada para a projetada estrada. [...] os sacrificios e esforços deste estrangeiro e sua escolta foram coroados dos mais belos resultados,

chegaram a barranca do rio e a acharam optima localidade para se construir a estrada (LOURES, manuscrito 14/01/1849).

Essa expedição de 1848, composta pelos homens deixados pelo Major Beaurepaire, foi a primeira realizada por Aloys Scherer, conforme ele escreveu 10 anos depois ao diretor dos índios da província do Paraná, Francisco Ferreira da Rocha Loures: o Campo do Chagu “foi explorado por mim duas vezes, a 1ª em 1848 e a 2ª em 1849”. O documento de Scherer descreveu a extensão, a topografia e hidrografia desses campos. Destacou as riquezas minerais, madeireiras e as possibilidades agrícolas de toda a região até as margens do rio Paraná.²³ Francisco F da Rocha Loures, 10 anos depois, então ocupando o cargo de Diretor Geral dos Índios na província do Paraná, utilizou os dados de Scherer para indicar ao presidente da província que os Campos do Chagu, no centro dos territórios Kaingang dos *Nerinhé*, era o local ideal para a instalação tanto de uma Colônia Militar como de uma Colônia Indígena (LOURES, Relatório 12/11/1858).

Apesar de ter percorrido duas vezes o território entre os Campos do Chagu e o rio Paraná, de tê-lo descrito e até produzido um mapa da região, Scherer foi descartado pelo comandante da nova expedição. O Major Luiz Monteiro chegou à freguesia de Guarapuava no dia 9 de abril de 1849, e criticou a expedição do francês Aloys Scherer, dizendo que ele não tinha nenhuma prática e nem instrumentos necessários para fazer o traçado, “por quanto a escolta que o Major de Beaurepaire fez entrar era comandada por individuo que se não pode ter confiança pela nenhuma pratica deste sertão nem levar pratico e instrumentos que o guiassem” (MONTEIRO, manuscrito 01/05/1849). E, para demonstrar a eficiência de seu piloto/topógrafo, que trabalhava com um cronometro recém adquirido no Rio de Janeiro,²⁴ solicitou que Camilo Lélis da Silva georreferenciasse a vila de Guarapuava. Esse episódio mostra as divergências entre as autoridades provinciais paulistas lideradas pelo Barão de Antonina e as elites campeiras de Guarapuava.

A escolta do piloto Camilo Lélis partiu para o acampamento do Chagu em 8 de maio de 1849, ali chegando, georreferenciou o acampamento, e, no dia 23, reiniciou os trabalhos. Depois de um mês e meio ela chegou nas margens do rio Paraná no dia 6 de julho, na confluência do rio Guabiroba, hoje município de Santa Terezinha de Itaipu, numa “capoeira de roça que pareceu-me abandonada ha pouco tempo pelos selvagens, á qual denominei – Capoeira dos Bugres”²⁵, provavelmente uma roça de algum grupo Guarani, distante 29 léguas (200Km aproximadamente) do acampamento do Chagu. Três dias depois, em 9 de junho, iniciou o regresso, chegando no acampamento do Chagu no dia 6 de setembro. Retornou a Guarapuava e noticiou que tinha aberto a picada até o Rio Paraná com poucos obstáculos a serem superados, como as serras do Juquiá e *Ierim*.

Entre 1848 e 1849, três expedições, duas de Aloys Scherer e a de Camilo Lélis, tinham adentrado os territórios Kaingang dos *Nerinhé*. Essas expedições traçaram as picadas da futura estrada que ligaria Guarapuava ao rio Paraná e geraram importantes informações sobre a topografia, hidrografia, fauna e flora da região. Em seus relatórios podemos encontrar dados sobre a toponímia Kaingang, de suma importância para compreendermos a sua inserção nesses territórios.²⁶

Dois anos depois, em 1851, uma nova tropa de soldados rumou para os Campos do Chagu, seu comandante era o recém nomeado Major do Estado Maior Caetano Manuel de Faria Albuquerque, que recebeu instruções detalhadas do Ministério do Império sobre suas tarefas. Além de construir um porto com alojamentos para o destacamento e para viajantes na confluência do Rio Iguazu no Paraná, ele deveria alargar a picada já traçada pelas expedições anteriores para;

[...] facilitar o transporte d'aquelles objetos, de espaço em espaço, em intervalo nunca menor de trez léguas, levamtará Vm. pequenos ranchos que servão de pouso aos viajantes, e fará roçar uma pequena extensão que será destinada para pasto dos animaes.²⁷

A cada 20 quilômetros, um dia de viagem, deveria se construir ranchos, que poderiam se transformar em pequenas vilas conforme fosse ocorrendo a ocupação.

O Major Caetano de Albuquerque foi substituído interinamente por seu piloto/topógrafo Camilo Lélis da Silva, que chegou no acampamento do Chagu em 30 de agosto com uma força de 42 camaradas. Lá já estavam estacionadas 10 praças de 1ª Linha de Guarapuava comandadas por um cadete. Sua primeira providência foi a retirada de madeiras para construção de trincheiras e casas de pau a pique para o quartel do destacamento e para abrigar os trabalhadores da estrada. Preparou uma roça de seis alqueires (14,5 hectares) para plantio de alimentos a serem utilizados na expedição. Em 15 de setembro, 15 dias depois, ele iniciou os trabalhos de abertura do picadão da estrada. Deixou soldados armados protegendo o quartel do Chagu e armou sete trabalhadores para coadjuvar os soldados que faziam a segurança da expedição. Esses homens armados tinham a incumbência de proteger os camaradas nas picadas e proteger os animais cargueiros que faziam o transporte de víveres e ferramentas ao longo das picadas traçadas desde o quartel do Chagu.

O primeiro posto avançado era o acampamento militar do Chagu, que já estava em operação e nucleava as primeiras fazendas em seu entorno. O mesmo deveria ocorrer com os novos postos ao longo dos 200 quilômetros até a foz do rio Iguaçu, no Paraná. Essa era a estratégia imperial de apropriação dos territórios indígenas a oeste de Guarapuava.

Estavam assim devassados os territórios Kaingang do *Nerinhé*, e, junto, partes dos territórios de grupos Guarani que viviam na margem esquerda do rio Paraná em meados do século XIX. Além da traçar a picada da futura estrada estabeleceram acampamentos militares com tropas neles acantonadas que passaram a proteger as fazendas ali instaladas dos ataques dos Kaingang.

Para a elite campeira, sediada em Guarapuava, apesar de suas divergências com a elite política que comandava a província, o mais importante era que essa estrada abriria a comunicação entre Guarapuava e os Campos das Laranjeiras, onde já havia fazendas de gado instaladas. Também devassavam os territórios indígenas até os limites do Brasil com o Paraguai no rio Paraná, abrindo novas possibilidades de negócios para os potentados guarapuavanos. E passariam a contar com a proteção das tropas do Império que seriam acantonadas nos acampamentos militares, como o posto avançado do Chagu, local que abrigava os soldados das expedições.

Essas duas políticas imperiais: a da catequese e civilização e a da devassa dos territórios Kaingang dos *Nerinhé* com a abertura de estradas, passam a caminhar juntas e combinadas com as ações das elites campeira que lá implantavam suas fazendas.

As ações dos índios Kaingang da defesa dos *Nerinhé*

Os sujeitos sócio-históricos que atuavam nos *Nerinhé*, em meados do século XIX, iam dos agentes do Governo imperial, através da sua agência governamental, a Diretoria Geral dos Índios da província de São Paulo, até os militares engajados na construção da estrada de Guarapuava ao Rio Paraná. Havia também a elite campeira local interessada nas terras dos Kaingang e nos recursos do Império para consolidar suas fazendas nesses territórios. E na outra ponta do espectro, situavam-se os povos indígenas, sujeitos sociais

que estavam sendo espoliados de seus territórios nessa mistura de interesses imperiais, provinciais e locais.

Quantos eram os Kaingang dos *Nerinhé* que estavam dispostos a defender seus territórios? O alferes Domingos Machado, que hospedou um dos grupos que viviam nesses campos, obteve uma rara informação de uma jovem índia, de que existiam “nestas imediações vinte e cinco toldos pelo que concluo a existência de mil e quinhentos Índios, mais ou menos” (MACHADO, manuscrito 18/10/1852, fs 1-2). Seu raciocínio está abalizado no número de 25 toldos (aldeias) multiplicado pelo número de componentes de cada um deles, que deveria ser em torno de 35 a 40 indivíduos, contabilidade que fazia dos grupos que visitavam sua fazenda em busca de ferramentas, de objetos de ferro, roupas, tecidos, e outros bens.

Na defesa de seus territórios, os grupos Kaingang traçaram e executaram formas de lidar com os invasores, que iam das visitas amistosas às fazendas e acampamentos militares para obtenção de bens da sociedade envolvente ao monitoramento constante das ações dos agentes da conquista em seus territórios e ataques às instalações com o saque de objetos, destruição das instalações e morte de seus ocupantes.

As visitas amistosas às fazendas e aos acampamentos militares em busca de objetos como ferramentas, roupas e colheita de alimentos nas roças cultivadas pelas tropas de soldados eram uma constante.

O alferes Domingos Machado, que tinha sido um dos primeiros a chegar naqueles campos, tinha o hábito de receber grupos Kaingang em sua propriedade, conforme informou ao presidente da província de São Paulo em 18 de outubro de 1852.

Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exa., que no dia 17 de maio próximo passado aparecerão em minha Fazenda cita nos Campos da Laranjeira, neste Distrito quarenta índios de guerra com algumas famílias, vindos dos certões do Paraná. (MACHADO, manuscrito 18/10/1852, f 1).

Na percepção do alferes, o grupo se apresentou em paz, não dando nenhum sinal de hostilidade, e foram hospedados por ele durante alguns dias. Quando partiram, disse ele: “eu os municiei com algumas ferramentas, e roupas de que eu podia dispor na ocasião”. Em seguida, Domingos Machado se queixou de não poder satisfazer às necessidades dos índios por sua fazenda estar muito distante e com falta de recursos.

Parece ter havido um acordo entre o alferes e as lideranças do grupo que o visitou, porque eles deixaram uma jovem mulher e as duas crianças ao seu cuidado, e ele informou ao presidente da província que eles voltariam:

[...] he natural que os mencionados índios voltem à m^a casa com o feito de levarem para suas moradas mais alguns recursos, julgo que seria muito acertado V. E., por a minha disposição algum dr^o (dinheiro) ou algumas ferramentas como fouces machados e alguns panos de algodão para o fim de supri-los. (MACHADO, manuscrito 18/10/1852, f. 2).

Esse fato, que ao partir o grupo Kaingang que ele hospedou deixou em sua casa “hua índia de vinte anos e dois menores”, revela a estratégia Kaingang de deixar uma informante que pudesse pô-los de aviso caso Machado estivesse armando alguma surpresa ou mesmo para avisá-los da chegada de mais ferramentas e roupas na fazenda.

Por outro lado, o alferes procurou saber mais informações sobre os índios que tinham estado em sua fazenda, interrogou a jovem Kaingang e ela lhe informou que o seu grupo era o mesmo que visitava a localidade há bastante tempo, nos seus dizeres sempre em paz

e sem cometer violências contra as fazendas que ali estavam se instalando. E o fazendeiro e militar Domingos F. Machado acreditava que a melhor maneira de lidar com os Kaingang era fornecendo-lhes presentes: “este um meio de os ir chamando a vida civilizada, e de ir prevenindo seus assaltos cujos são mormente com a mira na pilhagem de roupas e ferramentas” (MACHADO, manuscrito 18/10/1852, f. 2).

Essa ideia coadunava-se com a política imperial de catequese e civilização implementada na província de São Paulo pelo Diretor dos Índios José Joaquim M. de Oliveira, que escreveu ao presidente da província, em janeiro de 1853, informando-o que havia, no orçamento da Diretoria dos Índios, destinada aos aldeamentos de Guarapuava, uma quantia que poderia ser utilizada na compra de brindes para os índios, “que porventura apareçam na fazenda do alferes Domingos Floriano Machado” (OLIVEIRA, manuscrito 17/01/1853, fls 1-2). Em seu entender, a doação de ferramentas e roupas aproximaria os grupos Kaingang nas fazendas e poderia torná-los menos hostis.

Na outra ponta dessa operação estava Hypólito José Soares de Souza, inspetor da tesouraria da província paulista, que concordava com a ideia do Diretor dos Índios de entregar recursos para o alferes Domingos Machado, por este morar próximo ao “sertão do [...] lugar infestado pelos índios” (SOUZA, manuscrito 01/02/1853, fls 23-24). Mas os cofres do Império não se abriam tão facilmente como queriam o Diretor dos Índios e o inspetor da Tesouraria e esperava o alferes Domingos Machado. Havia uma burocracia interna que emperrava a liberação dos recursos. Duas semanas depois de sugerir a distribuição das mercadorias aos índios utilizando-se dos recursos da rubrica imperial, o inspetor da tesouraria da província informou ao presidente que, apesar de haver 860\$000 mil réis destinados à manutenção dos aldeamentos de Palmas e Guarapuava, esses recursos ainda não tinham sido liberados pelo Ministério do Império.

Então, Machado de Oliveira sugeriu a distribuição de “alguns objetos e quinquilharias e outros de semelhante natureza que não tem serventia para a expedição, mas podem ser aproveitados na catechese” (OLIVEIRA, manuscrito 18/03/1853, fls 33-34). Essas ferramentas e outros objetos estavam sendo descartadas pelo novo encarregado da estrada do rio Paraná, o engenheiro José Porfírio de Lima (LIMA, manuscrito 16/03/1853, fls 45-47).

O Diretor dos Índios insistiu, junto ao presidente da província, para que fossem comprados “200\$000 em ferramentas e [...] vestuário grosso para com isso brindar os índios que são esperados na fazenda do Alferes Machado”. Ele sugeriu a aquisição dessas mercadorias na capital de São Paulo, onde saíam pela metade do preço se fossem compradas na Vila de Guarapuava, e que a condução delas fosse feita pela expedição que seguiria para os trabalhos na estrada de Guarapuava ao rio Paraná. O governo provincial autorizou a compra e as mercadorias foram levadas pela expedição e entregues ao subdelegado da vila de Guarapuava, conforme o relatório do engenheiro José Porfírio.

[...] sahi desta capital, o que teve logar no dia 11 de maio (1853) tendo feito partir antes os animais q conduzião alguns trens da expedição, instrumentos e outros objetos, [...] alguns caixotes de ferramentas e mais fazendas destinadas aos indios selvagens, [...] tinha de fazer entregar ao sub-delegado de Policia de Guarapuava como requisitara o Brigadeiro Diretor do Indios (LIMA, manuscrito 15/02/1854, fls 18-34).

Chegando em Guarapuava, Porfírio de Lima realizou um inventário das ferramentas que estavam no acampamento militar do Chagu, e na presença do subdelegado de polícia e do coletor de rendas públicas da vila de Guarapuava, lavrou um termo de entrega tanto

dos objetos que estavam no Chagu quanto das mercadorias que ele tinha levado de São Paulo (LIMA, manuscrito 04/02/1854, f. 16).

Essas mercadorias foram entregues em Guarapuava, mas não sabemos se elas chegaram ao seu destino na fazenda Pau de Lenha do alferes Domingos Machado. Mas o retorno dos Kaingang à fazenda para receber as ferramentas e os tecidos era esperado (SOUZA, 2015, p. 284).

A segunda ação empreendida pelos Kaingang dos *Nerinhé* foi o monitoramento dos passos dos invasores. Rondavam e vigiavam os movimentos dos fazendeiros, dos soldados e dos camaradas da estrada que ali chegavam. Por isso o receio e intensa cautela estabelecida pelos comandantes da expedição da estrada.

O constante aparecimento dos selvagens nas imediações do acampamento do Chagu, obrigou-me a reforçar o destacamento, ali existente, com mais 15 camaradas engajados, ficando toda a força comandada pelo 2º Cadete do 1º batalhão de fuzileiros, adido ao corpo fixo d' esta cidade. Luiz d'Arlincourt Sabo de Oliveira, debaixo das vistas do alferes Domingos Floriano Machado, proprietário da estancia Pau de Lenha e campo do Chagu, durante minha curta ausência d'aquelle logar (SILVA, 1852, p. 2-3).

O Cadete Luiz Sabo de Oliveira já estava servindo no destacamento do Chagu há quatro anos, isto é, desde 1847, e, conforme o comandante Lélis da Silva, sempre com uma boa conduta e bons serviços prestados. As tropas comandadas por Luiz Sabo, ao mesmo tempo que protegiam o quartel do Chagu, davam proteção ao empreendimento agropastoril do alferes Domingos Machado. Assim, além das praças de 1º Linha ali destacadas e do reforço provido, o comandante Camilo Lélis ainda avaliou que seria necessário um reforço de mais 10 praças para acompanhar os trabalhos da expedição até o rio Paraná.

A manutenção de um destacamento no acampamento militar no Chagu para protegê-lo e proteger as fazendas em seu entorno tinha um custo para os cofres públicos. Terminado o ano de 1852, o governo imperial tinha suplementado a verba da Estrada de Guarapuava ao Paraná em 10:000\$000 (dez contos de reis).²⁸ Nesse final de 1852, a estrada estava paralisada, mas “consummido avultada somma”. Convencido de nada poder fazer, o presidente da província de São Paulo, Octavio Nebias, comunicou ao “governo imperial sobre a expedição, que se acha suspensa desde muitos mezes, fazendo, no entanto, continuadas despezas”²⁹. Apesar de paralisada, ela continuava a consumir os recursos anteriormente aprovados com os destacamentos aquartelados no Chagu, protegendo as propriedades particulares ali estabelecidas.³⁰

A manutenção de tropas imperiais nos *Nerinhé* – Campos das Laranjeiras –, acantonadas no acampamento do Chagu, atendia às solicitações dos fazendeiros, que se sentiam ameaçados pelos Kaingang. Pressentindo ataques, solicitaram socorro às autoridades de Guarapuava, que, atendendo ao pedido, enviaram um grupo de autoridades capitaneado pelo vereador Francisco Ferreira da Rocha Loures. Ele constatou a necessidade de fundar na localidade uma Colônia Indígena com a missão de catequizar e trazer para a “vida social” os Kaingang que constantemente ameaçavam o posto militar e as fazendas.

A primeira medida de emergência foi a destinação de uma quantia para compra de brindes a serem distribuídos entre os índios. Rocha Loures enviou uma representação ao presidente da província solicitando a abertura da Colônia Indígena nos Campos das Laranjeiras e recursos para presentear os índios. Uma cópia dessa representação foi enviada à Câmara Municipal de Vereadores, colocada em pauta na sessão do dia 20 de maio de 1853; foi imediatamente aprovada.

[...] a Camara Municipal desta Villa a quem foi presente com copia a referida representação deliberou em sessão de hoje ponderar a V Exa que não estando em duvida a respeito dos bens que trará uma tal Cathequese, insta a empenhar-se com V Exa com essa medida, como a mais eficaz, para chamar a vida social essa gente, que acostumada ao sistema errante, não perde ocasião de agredir aos habitantes deste e de outros lugares, como de facto com repetidas vezes tem feito, e esta Camara assegurando a V. Exa franca e decidida coadjuvação para levar a efeito esta empresa, tem razoes para crer que as diligencias que se fizeram não são perdidas, com quanto os Indios que constantemente aparecem, assim como agora o fizeram em numero de mais de duzentos pelas imediações das Laranjeiras, em procura de ferramentas e mais misteres dão mostras de querer abraçar a vida doméstica e social e para que se possa começar essa empresa é mui conveniente que S Exa mande por desde logo a disposição desta Camara algum quantitativo para ser distribuído em beneficio dos mesmos.³¹

Os vereadores reforçaram a proposição de Rocha Loures e propuseram ao governo provincial um trabalho em conjunto para apaziguar os Kaingang com presentes e juntá-los numa “cathequese”, como eram chamadas as Colônias Indígenas do Império. Com essa estratégia eles acreditavam que estariam protegendo as fazendas e dando tranquilidade para abertura de novas até os limites daqueles campos.

No entanto, a solicitação de Rocha Loures não foi atendida e os brindes não chegaram aos Kaingang. A estratégia da elite campeira de Guarapuava de utilizar dos recursos do Império para conter os Kaingang não se concretizou, e as fazendas e o Acampamento Militar do Chagu continuaram vigiados e ameaçados.

A terceira ação dos Kaingang foi atacar as instalações invasoras, saqueá-las e, se possível, destruí-las incendiando-as. Evidência de que suas relações com os invasores fazendeiros ou militares nos seus territórios nem sempre eram amistosas.

O acampamento militar do Chagu sofreu diversos ataques, um deles ocorreu em 1849 e foi relatado pelo Visconde de Monte Alegre em seu Relatório à Assembleia Geral Legislativa no início de 1850: “Na Província de S. Paulo foi também assaltado e incendiado pelos selvagens o paiol, que no Sertão do Chagú servia de deposito aos generos destinados á expedição que se acha incumbida da abertura da estrada entre Guarapuava com Paraná”.³²

Quatro anos mais tarde, em 1852, a jovem Kaingang hospedada pelo alferes Domingos Machado lhe informou que tinha sido o seu grupo o responsável pelo saque e incêndio do acampamento militar do Chagu, e, pelo informe da jovem Kaingang, esses ataques tinham se intensificado nos últimos cinco anos. O comportamento dos Kaingang dos *Nerinhé* em relação aos invasores parece ter-se modificado com a chegada das expedições incumbidas da abertura da estrada de Guarapuava ao rio Paraná, isto é, com o aprofundamento da invasão dos seus territórios, eles começaram a desenvolver outras estratégias na tentativa de expulsar os invasores (MACHADO, manuscrito 18/10/1852, f. 1).

Em junho de 1849, a Câmara Municipal de Castro reportou ao Diretor dos Índios, José Joaquim Machado de Oliveira, o ataque dos Kaingang a moradores na região do rio Cavernoso, na localidade de Araras, onde fizeram duas vítimas fatais da família de Francisco Alves Pereira.³³

Ao findar o ano de 1851, os soldados aquartelados no Posto do Chagu foram atacados novamente por grupos Kaingang, conforme informou o expediente do Ministério do Império do dia 3 de dezembro desse ano.³⁴

Mas, apesar de saquear e incendiar as instalações militares, os Kaingang preservavam as roças existentes no entorno dessas instalações. Quando, em 1851, o Major Caetano Manuel de Faria Albuquerque rumou com uma nova tropa de soldados para os Campos do Chagu, ele se queixou da escassez de gêneros como sal, toucinho, farinha de milho e de mandioca, que tiveram que ser compradas em Morretes, no litoral do Paraná, e outros lugares distantes, assim como a carne fresca destinada a alimentar seus homens e o milho para os animais. Ele deu graças pelo fato de os Kaingang não terem destruído uma roça de milho, que foi colhida e serviu para alimentar os soldados e os animais da sua escolta.

[...] felizmente os Bugre que hostilizaram o arranhamento do Chagu não tocaram em uma porção de alqueires de milho, que se achava na roça, e foi depois recolhida pelos soldados lá em diligencia, o qual milho de muito nos sera útil, que este gênero de tanta necessidade no nosso caso, além de estar por estes logares, por [...] preço ameaça falta total. (ALBUQUERQUE, manuscrito 01/08/1851, fls 85-87).

O que o Major Caetano não percebeu foi que os Kaingang não destruíram a roça de milho porque pretendiam usufruir-se dela não fosse a chegada de suas tropas.

O ataque dos Kaingang na fazenda do alferes Domingos Machado ocorreu numa quarta-feira, 1 de fevereiro de 1854, e foi reportado ao recém-empossado presidente da província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcelos³⁵, pelo 1º suplente do subdelegado de polícia de Guarapuava, Francisco Manoel de Assis França, oito dias depois, em 9 de fevereiro, da seguinte forma:

Ilmo Exmo Snr.

Hé com a mais viva dôr que me dirijo a V. Exa. antecipando-lhe os horrorosos sucessos que tiveram lugar neste Districto. No dia primeiro do corrente asaltarão na Fazenda do Alferes Domingos Floriano Machado, cidadão prestante e dos mais abastados dos Fazendeiros do Districto um grupo de Indios selvagens com uma ferocidade tal que conseguirão assassinar o proprietário e mais oito pessoas, e saquearão a casa, destruirão, queimarão, finalmente praticarão toda a sorte de distúrbios.³⁶

Além das nove mortes, mais cinco pessoas foram gravemente feridas, e, nos dias subsequentes, mais dois dos feridos vieram a óbito, elevando para 11 o número de mortos no ataque Kaingang à Fazenda Pau de Lenha, da família dos Machados.³⁷

Depois de consumado o ataque com as mortes e ferimentos, os Kaingang levaram o que lhes interessava da fazenda, principalmente ferramentas e roupas, como narrou o cacique *Deggaembang*, para Telêmaco Borba alguns anos depois.³⁸

O ataque do grupo de *Deggaembang* na fazenda do alferes Machado não foi um ataque isolado porque nesse mesmo ofício o subdelegado informou que, nesse mesmo dia, outro grupo atacou a fazenda de José Nogueira do Amaral, distante quatro léguas da fazenda dos Machado, onde fizeram um cerco por três dias. Essa mesma fazenda foi atacada novamente no dia 24 de maio às quatro da tarde. Nesse ataque, os Kaingang tiveram dois dos seus mortos e feriram dois dos soldados que ali estavam destacados para defesa da fazenda.³⁹

Os ataques dos Kaingang nas fazendas dos *Nerinhé* foram discutidos na Câmara de Vereadores de Guarapuava em reunião no dia 10 de fevereiro de 1854, que enviou ofício ao presidente da província reiterando os acontecimentos.⁴⁰ O relato do subdelegado de polícia de Guarapuava foi incorporado no relatório do presidente Zacarias, apresentado

em julho de 1854, e repercutiu na imprensa regional e nacional.⁴¹ A imprensa regional do Paraná e a nacional condenou a “ingratidão” dos Kaingang por terem atacado a fazenda dos Machados de onde obtinham diversos brindes.

Como vimos, o alferes Domingos Machado tinha entregado ao grupo Kaingang, que visitou sua fazenda em maio de 1852, uma certa quantidade de ferramentas e roupas, e ficou no aguardo da chegada de uma nova remessa quando eles retornassem. Em meados de 1853, o engenheiro José Porfírio de Lima passou às mãos das autoridades de Guarapuava as ferramentas que estavam no acampamento militar do Chagu e as mercadorias levadas de São Paulo no valor de 200\$00 (duzentos mil reis). Todas elas estavam destinadas aos índios, conforme as determinações de Machado de Oliveira e do presidente da província, mas não sabemos se esses objetos chegaram até o alferes Domingos Machado. A não chegada dessas mercadorias em sua fazenda pode ter comprometido algum acordo que ele tenha feito com o grupo do cacique Deggaembang.

A decisão tomada pelo engenheiro Porfírio de Lima, de retirada do destacamento de linha que estava acantonado no Chagu e fazia a proteção das fazendas, pode estar relacionado com o ataque dos Kaingang na Fazenda Pau de Lenha e outras instaladas nos *Nerinhé*.

Chegando a Vila de Guarapuava dei todas as providencias relativas ao cumprimento das instruções que me forão dadas fazendo retirar do pequeno Campo do Chagu, por não haver ali causa alguma que merecesse o sacrifício de conservar um destacamento de linha, o qual era composto d’um cabo de d’esquadra e seis soldados comandados por um Cadete, aos quais ordenei que regressassem a esta capital par se reunirem ao seo corpo (LIMA, manuscrito 15/02/1854, fls 18-34).

O engenheiro José Porfírio avaliou que os soldados do destacamento estavam em completo abandono naqueles campos, e nos cinco anos que lá estavam tinham perdido a disciplina junto aos seus superiores, estavam entregues apenas às atividades da “lavoura ou ao exercício de criar animais seos, ou de particulares, isso, não podia dar um bom resultado a bem do serviço público” (LIMA, manuscrito 15/02/1854, fls 18-34).

A retirada do destacamento militar do Chagu indica que o governo provincial de São Paulo não faria mais gastos naquela região que faria parte da futura província do Paraná. E os recursos do Império seriam direcionados para os aldeamentos que o Barão de Antonina estava criando em São Paulo e na rota para o Mato Grosso ao longo dos rios Tibagi e Paranapanema.

Assim, a possível não chegada de brindes para o cumprimento do acordo do alferes Domingos Machado com os índios e a retirada das tropas que protegiam as propriedades foi vista como o momento certo pelos Kaingang para expulsar os invasores dos seus territórios nos *Nerinhé* nesse início de 1854.

E, por fim, como mais uma causa do ataque e das mortes na Fazenda Pau de Lenha, temos uma pequena nota vinculada no Correio Mercantil do Rio de Janeiro. Ela informa que o ataque foi “um ato de vingança porque um escravo do mesmo Machado, em certo dia em que os bugres ahi foram pacificamente, esbordoou um dos selvagens”⁴². Essa informação aparece de forma isolada apenas nesse periódico e até o momento não encontramos nenhuma referência a esse acontecimento na documentação.

Conclusões

Os *Nerinhé*, conhecidos pelos guarapuavanos como Campos das Laranjeiras ou do Chagu, hoje municípios de Laranjeira do Sul, Nova Laranjeiras e municípios vizinhos, estavam insurretos em meados do século XIX. Em 1849, os Kaingang tinham atacado moradores na região do Rio Cavernoso e o Acampamento Militar do Chagu, ataque repetido dois anos depois, em 1851. Ameaçavam constantemente as expedições que faziam as picadas da estrada para o rio Paraná, obrigando seus comandantes a postarem escoltas armadas para proteção dos trabalhadores. Em primeiro de fevereiro de 1854, um grupo atacou a fazenda do alferes Domingos Machado, com a morte de 11 pessoas e outras pessoas feridas, e outro grupo atacou a fazenda de José Nogueira do Amaral. Nesta última, fizeram um cerco por três dias e voltaram a atacá-la novamente no dia 24 de maio. Anos mais tarde, em 1864, o Cônego Braga, de Guarapuava, escreveu uma carta ao Presidente da Província relatando que os indígenas tinham matado mais de 30 pessoas desde 1846 (MOTA, 2009, p. 176).

Era a resposta dos Kaingang contra as fazendas que estavam sendo estabelecidas em seus territórios, contra a instalação do Acampamento Militar do Chagu e contra as expedições militares que devassavam seus territórios. As fazendas e o Acampamento Militar eram os pontos mais avançados da sociedade campeira e do braço do Império nos territórios Kaingang a oeste de Guarapuava.

Os fazendeiros que ousavam invadir os *Nerinhé*, mesmo com o risco de vida, como ocorreu com a família dos Machado, tinham o amparo do governo imperial com recursos e forças militares que atuavam na abertura da estrada de Guarapuava ao rio Paraná. Também receberam o apoio das elites campeiras na Câmara de Vereadores de Guarapuava, que buscou utilizar da política imperial de abertura de Colônias Indígenas na região para controlar os grupos Kaingang insurretos que lutavam contra a invasão dos seus territórios.

A cartografia e a documentação de meados do século XIX, quando devidamente analisadas, mostram ocupação desses territórios por grupos Kaingang. Os dados arqueológicos evidenciam a profundidade temporal e espacial dessa ocupação, e a presença, na atualidade, dos Kaingang nas Terras Indígenas Rio das Cobras e *Koho Mu* – Boa Vista – comprova o protagonismo Kaingang na manutenção de parcelas de seus antigos *Nerinhé* (Quadro 3).

Quadro 3 – Terras Indígenas e população Kaingang na região dos antigos *Nherinhé* – Campos das Laranjeiras.

Terras Indígenas	Etnias	Município (s)	Área (Ha)	População	Situação fundiária
Koho Mu – Boa Vista	Kaingang	Laranjeiras do Sul	7.336	205	Declarada
Rio das Cobras	Kaingang Guarani	Nova Laranjeiras, Espigão Alto do Iguaçu	18.681	2.865	Regularizada

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados da Funai.

Referências

Documentação manuscrita do Arquivo Público do Estado de São Paulo

ALBUQUERQUE, Caetano Manoel de Faria e. (Major Capitão). Ofício ao Presidente da Província de S. Paulo. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, Ofícios Diversos de

Guarapuava (1824 – 1853), ordem 1025, cx 230, pasta 2, documento 42-A, folhas 85 a 87, 01/08/1851.

ANDRADE, Dom Manuel Joaquim Gonçalves. Ofício do Bispo Diocesano de São Paulo, ao Presidente da Província de S. Paulo, Manoel da Fonseca Lima e Silva. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, Manuscritos, Ofícios Diversos, Caixa 93, pasta 1, documento 76, ordem 888, 24/05/1846.

ARAÚJO, Ponciano José de. Carta a Câmara Municipal de Castro.. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, caixa 193, ordem 988, documento 73B, p. 01-02, 9/12/1833.

GUARAPUAVA. Ofício da Câmara Municipal de Guarapuava ao Presidente da Província de S. Paulo. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, Ofícios Diversos de Guarapuava (1824 – 1853), ordem 1025, cx 230, pasta 2, documento 61.

GUARAPUAVA. Ofício da Câmara Municipal de Guarapuava ao Presidente da Província de São Paulo Josino do Nascimento Silva. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, Ofícios Diversos de Guarapuava (1824 – 1853), pasta 2, documento 61, ordem 1025, folha 94 e 95, 20/05/1853.

LIMA, Francisco das Chagas. Informação do Missionário e Vigário Collado na Freguesia de N. Snra de Belém nos Campos de Guarapuava. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, ordem 0987, cx 192, doc 66, p. 4, documento manuscrito, 15/01/1826.

LIMA, Francisco das Chagas. Ofício. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, ordem 0987, cx 192, doc 34, p. 1-12. 1825, documento manuscrito, 20/05/1825.

LIMA, José Porfírio de. Ofício ao Presidente da Província de S. Paulo. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, Ofícios Diversos, Pasta 2, documento 20, ordem 897, folhas 45 a 47, 16/03/1853.

LIMA, José Porfírio de. Recibo ao Presidente da Província de S. Paulo. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, Ofícios Diversos, Pasta 01, documento 009, ordem 900, folhas 16, 04/02/1854.

LIMA, José Porfírio de. Relatório ao Presidente da Província de S. Paulo. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, Ofícios Diversos, Pasta 01, documento 011, ordem 900, folhas 18 a 34, 15/02/1854.

LOURES, Antônio da Rocha. Ofício Compra de novilhas para a Fazenda dos índios. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, ordem 1025, cx 230, doc 06, documento manuscrito, 1830.

LOURES, Francisco Ferreira da Rocha. Ofício do Juiz de Paz de Guarapuava ao Presidente da Província de S. Paulo, de. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, Ofícios Diversos de Guarapuava (1824 – 1853) ordem 1025, Cx 230, pasta 2, doc 19, documento manuscrito, 14/01/1849.

MACHADO, Domingos Floriano. Ofício do Alferes ao Presidente da Província de S. Paulo. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, Ofícios Diversos de Guarapuava (1824 – 1853) Pasta 1, documento 20, ordem 898, folha 1 e 2, 18/10/1852.

MONTEFALCO, Frei Pacífico de. Ofício ao Bispo Diocesano de São Paulo Dom Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, Manuscritos. Ofícios Diversos, Caixa 93, Pasta 1, documento 76A, ordem 888, 21/09/1845.

MONTEIRO, Luiz José. Ofício ao Presidente da Província de S. Paulo Vicente Pires da Mota. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, Ofícios Diversos de Guarapuava (1824 – 1853) Caixa 230. pasta 2, documento 25, ordem 1025, 01/05/1849.

OLIVEIRA, José J. M. de. Ofício ao Presidente da Província Josino do Nascimento Silva. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, Ofícios Diversos, Caixa 93. pasta 1, documento 81, ordem 888, 29/05/1846.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Comunicação apensa ao Ofício ao Presidente da Província de S. Paulo Vicente Pires da Mota. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, Ofícios Diversos de Guarapuava (1824 – 1853), Caixa 99, Pasta 15, documento 02, ordem 0894, folha 13, 27/01/1851.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Ofício do Diretor ao Presidente da Província de S. Paulo. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, Ofícios Diversos de Guarapuava (1824 – 1853), Pasta 1, documento 4, ordem 898, folhas 1 e 2, 17/01/1853.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Ofício do Diretor ao Presidente da Província de S. Paulo. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, Ofícios Diversos de Guarapuava (1824 – 1853) Pasta 1, documento 13, ordem 898, folhas 33 and 34, 18/03/1853.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Ofício do Diretor dos Índios ao Presidente da Província de S. Paulo Vicente Pires da Motta. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, Ofícios Diversos (1824 – 1853), Caixa 095, pasta 3, documento 034, ordem 890, 07/11/1848.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Ofício do Diretor dos Índios ao Presidente da Província de S. Paulo Vicente Pires da Motta. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, Ofícios Diversos (1824 – 1853) Caixa 095, pasta 3, documento 66, ordem 890, 16/11/1848.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Ofício do Diretor dos Índios ao Presidente da Província de S. Paulo. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, Ofícios Diversos de Guarapuava (1824 – 1853) Pasta 1, documento 29, ordem 898, folha 98, 30/08/1853.

SOUZA, Hypólito José Soares de. Ofício do Inspetor ao Presidente da Província de S. Paulo. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, Ofícios Diversos de Guarapuava (1824 – 1853) Pasta 1, documento 9, ordem 898, folhas 23 e 24, 01/02/1853.

SOUZA, Hypólito José Soares de. Ofício do Inspetor da Tesouraria da Província ao Presidente da Província de S. Paulo, informando que foi decretada a quantia de 1:000\$000 (Um conto de réis) para o Aldeamento do Jatahy. *AESP – Arquivo do Estado de São Paulo*, Ofícios Diversos Pasta 1, documento 11, ordem 898, folha 26, 02/11/1853.

Leis, Decreto, Resoluções e Relatórios dos Presidentes de Provincia de São Paulo

SÃO PAULO. *Collecção das Leis e Resoluções decretadas pela Assembléa Legislativa da Província de São Paulo*: contendo os atos das secções de 1835-1836-1837. São Paulo: Typographia de Costa Silveira, 1837.

SÃO PAULO. *Relatório [...] Octávio Nebias na Assembleia Legislativa Provincial no dia 17 de dezembro de 1852*. São Paulo: Typografia do governo, 1852.

Documentação manuscrita do Arquivo Público do Paraná

LOURES, Francisco Ferreira da Rocha. *Relatório do Diretor Geral dos Índios da Província do Paraná*, enviado ao Francisco Liberato de Mattos – presidente da província do Paraná. Arquivo Público do Paraná. AP 0201. Código de referência BR APPR PB 001 DGI.126. 1858. Microfilme rolo 449, flash 2 e 3, caixa 2, 12/11/1858.

Ofício da Câmara Municipal de Guarapuava ao presidente da província, Zacarias de Goes e Vasconcelos, em 10/02/1854. Arquivo Público do Paraná. AP 0005. Código de

referência: BR APPR PB 001 CMP24. Microfilme: rolo 226, flash 4, caixa 1. Cópia digital: CMP24, 10/02/1854.

Ofício do subdelegado de polícia de Guarapuava, Francisco Manoel de Assis França, ao Presidente da Província, Zacarias de Góes e Vasconcelos, em 09/02/1854. Arquivo Público do Paraná. AP 0004. Código de referência: BR APPR PB 001 SPP27. Microfilme: rolo 226, flash 2, caixa 1. Cópia digital: SPP27, 09/02/1854.

SCHERER, Pedro Aloys. *Ofício dirigido ao Brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures – Diretor Geral dos Índios da Província do Paraná.* Vila de Guarapuava, 4 de outubro de 1858. Apenso ao Relatório de Francisco Ferreira da Rocha Loures – diretor-geral dos índios da província do Paraná, enviado ao Francisco Liberato de Mattos – presidente da província do Paraná. Arquivo Público do Paraná. AP 0201. Código de referência BR APPR PB 001 DGI.126. 1858. Microfilme rolo 449, flash 2 e 3, caixa 2, 12/11/1858.

Brasil: Leis, Decretos

ASSEMBLEIA GERAL NO RIO DE JANEIRO. *Annaes do Parlamento, 8 de julho de 1853*, p. 129.

BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócio do Império apresentado á Assembleia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 6ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Joaquim Marcelino Brito.* Rio de Janeiro, Typografia Nacional, p. 74, 1847.

BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócio do Império apresentado á Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 7ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Joaquim Marcelino Brito.* Rio de Janeiro, Typografia Nacional, p. 55, 1848.

BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócio do Império apresentado á Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 8ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Visconde de Monte Alegre.* Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1850a, p. 61-62.

BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócio do Império apresentado á Assembleia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 8ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Visconde de Monte Alegre.* Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1850b, p. 9.

BRASIL. *Expediente do Ministério do Império de 28 de fevereiro de 1851.* Diário do Rio de Janeiro, 6 de março de 1851a, p.1.

BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 8ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Visconde de Monte Alegre.* Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1851b, p. 45.

BRASIL. *Ministério dos Negócios do Império, Expediente do dia 3 de dezembro de 1851.* Diário do Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1851c, p. 1.

Jornais

Correio Mercantil, de 10 de setembro de 1848, p. 2.

Correio Mercantil, de 17 de fevereiro de 1848, p. 2-3.

Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 29 de abril de 1854, p. 1.

Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1854, p. 1.

Dezenove de Dezembro, Curitiba, 8 de julho de 1854, p. 2.

Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, 19 de março de 1854.

Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, 28 de abril de 1854.

O Compilador Paulistano, 15 de janeiro de 1853, p. 3.

O Diário de Pernambuco, 1 de abril de 1854.

O Diário do Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1853, p. 1.

O Diário do Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1848, p. 1.

O Diário do Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1849, p. 1.

O Diário do Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1852, p. 1.

O Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1854, p. 1.

O Mercantil, São Paulo, 7 de fevereiro de 1852, p. 1-2.

Referências

ANANIAS, Anna Carolina Chierotti dos Santos; ZAMARIANO, Marcia. Construção da identidade toponímica: os nomes dos municípios paranaenses. *Revista Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 185-208, dez. 2014.

ARQUEOLOGÍSTICA, Consultoria Arqueológica. *Relatório final do Programa de Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial, do sítio “Arroio do Tanque” e Área de Ocorrência Arqueológica*. Distrito de Palmeirinha, Guarapuava / PR. Processo N° 01508.900116/2017-59. Anexo 01 - Resultado da datação da amostra de carvão, realizada no Laboratório Beta Analytic, pelo método RadiometricPLUS de datação por radiocarbono. Maringá, 2019. p. 1-5.

ASSIS, Gabriela Piai de. *Diretoria Geral dos Índios e índios na história: José Joaquim Machado de Oliveira (1844-1867)*. 2015. 208 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

BAERREIS, David Albert. The ethnohistory approach and archaeology. *Ethnohistory*, v. 8, n. 1, p. 49-77, 1961.

BALDUS, Herbert. Culto aos mortos entre os Kaingang de Palmas. In: BALDUS, Herbert. *Ensaio de Etnologia Brasileira*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. p. 8-33.

BORBA, Telêmaco M. Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná. *Revista do Museu Paulista*, v. 6, p. 53-62, 1904.

BORBA, Telêmaco. *Actualidade indígena*. Curitiba: Typ. Impressora Paranaense, 1908.

CAMARGO, Alcindo N de. *Memórias de Laranjeiras do Sul*. [S. l.]: [s. n.], 1967.

CARMACK, Robert M. Ethnohistory: A review of its development, definitions, methods, and aims. *Annual Review of Anthropology*, v. 1, p. 227-246, oct. 1972.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. *História (São Paulo)*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 349-371, jan./jun. 2011.

CAVALHEIRO, A. C. M. *Relatório parcial 2 - Recadastramento de sítios arqueológicos (CNSA-IPHAN) Oeste Estado do Paraná*. Processo N°. 01508.000827/2016-41. Curitiba: EPPC, 2019.

CHAVES, Kelly K. Ethnohistory: From inception to postmodernism and beyond. *The Historian*, v. 70, n. 3, p. 486-513, 2008.

CHMYZ, I. Nota prévia sobre a jazida PR UV A-1. *Kavales: Revista do Museu Paulista, N.S.*, v. 14, p. 493-512, 1963.

CHMYZ, I. o sítio arqueológico PR UV 1 (abrigo sobre rocha Casa de Pedra). *Arqueologia*, Curitiba, v. 3, p. 1-46, 1967.

CHMYZ, I. Breves notas sobre petróglifos no segundo planalto paranaense: sítio PR UV 5. *Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas*, v. 1, p. 53-63, 1968.

CHMYZ, Igor; SAUNER, Zulmara Clara. Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas no vale do rio Piquiri. *Dédalo*, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, v. 13, p. 7-36, 1971.

DORSON, Richard Mercer. Ethnohistory and Ethnic Folklore. *Ethnohistory*, v. 8, n. 1, p. 12-30, 1961.

DURAT, Cristiano Augusto. *Terras de aldeamento em disputa: Francisco Gacom e “uma” história sobre os Kaingang do Paraná (Século XIX)*. 2019. 433 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

EWERS, John Canfield. Symposium on the Concept of Ethnohistory – Comment. *Ethnohistory*, v. 8, n. 3, p. 262-270, 1961.

FERNANDES, Loureiro. Os Caingangues de Palmas. *Arquivos do Museu Paranaense*, v. 1, p. 161-229, 1941.

FERNANDES, Ricardo Cid. Uma contribuição da antropologia política para a análise do faccionalismo Kaingang. In: NOELLI, F. S.; TOMMASINO, K.; MOTA, L. T. *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Eduel, 2004. p. 83-143.

LEACOCK, Eleanor. Symposium on the Concept of Ethnohistory – Comment. *Ethnohistory*, v. 8, n. 3, p. 256-261, 1961.

LEÃO, Ermelino. *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná*. Curitiba: Empresa Graphica Paranaense, 1928.

LIMA, Francisco das Chagas. Estado atual da conquista de Guarapuava no fim do ano de 1821. In: FRANCO, Arthur M. *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava*. Curitiba: Museu Paranaense, 1943a. p. 233-268.

LIMA, Francisco das Chagas. Mappa do Campo de Guarapuava, com a divisão dos terrenos aplicados à Freguezia do Belem, Aldêa da Atalaya e Povoadores Portugueses. In: FRANCO, Arthur M. *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava*. Curitiba: Museu Paranaense, 1943b. p. 206.

LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. *Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. IV, v. 13, p. 43-64, 1842.

LURIE, Nancy. Oestreich. Ethnohistory: An ethnological point of view. *Ethnohistory*, v. 8, n. 1, p. 78-92, 1961.

MILLER JUNIOR, T. O. Tecnologia Cerâmica dos Caingang Paulistas. *Arquivos do Museu Paranaense N S Etnologia*, Museu Paranaense, Curitiba, v. 2, p. 1-51, 1978.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *A política indigenista brasileira durante o século XIX*. 1971. 389 f. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1971.

MOTA, Lúcio Tadeu. *As colônias indígenas no Paraná provincial*. Curitiba: Aos quatro ventos, 2000.

MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná, 1769-1924*. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2009.

MOTA, Lucio Tadeu. Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas. *Patrimônio e Memória*, v. 10, n. 2, p. 5-16, 2014.

MÜLLER, Daniel Pedro. *Mappa do Campo de Guarapuava, Paraná e territórios cor [...]*. 1815. 1 mapa ms., desenho a aguada, 43 x 49,5cm em f. 45,5 x 51,7cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart543241/cart543241.jpg. Acesso em: 6 abr. 2020.

MUSSOI, Arno Bento. *Laranjeiras do Sul: o espaço em construção*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

NIMUENDAJU, Curt. Notas sobre a organização religiosa e social dos índios Kaingang. In: GONÇALVES, Marco Antonio. *Etnografia e indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 57-66.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Sobre os conceitos e as relações entre história indígena e etnohistória. *Prosa*, Campo Grande, v. 3, n. 1, p. 37-47, 2003.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Documentos Oficiais. *RIHGB*, n. 7, p. 235-239, 1845.

PONTAROLO, Fabio. *Degredo interno e incorporação no Brasil Meridional: trajetórias de degredados em Guarapuava, século XIX*. 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Considerações acerca da conquista, catequese e civilização dos selvagens no Brasil. *Guanabara Revista Mensal Artística, Científica e Literária*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 191-208, 1851.

SILVA, Camilo Lélis da. Diário de uma viagem feita pelos sertões de Guarapuava ao rio Paraná. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 28, n 1, p. 26, 1865.

SILVA, Camilo Lélis da. Relatório ao presidente da província de São Paulo José Thomaz Nabuco de Araujo. *O Mercantil*, p. 2-3, 7 de fevereiro de 1852.

SOUZA, Almir Antônio de. *Armas, pólvora e chumbo: expansão luso-brasileira e os indígenas do planalto meridional na primeira metade do século XIX*. Guarapuava: Unicentro, 2015.

TEIXEIRA, Benjamin C. *Registros históricos de Guarapuava*. Guarapuava: [s. n.], 1997.

TRIGGER, Bruce G. Ethnohistory: Problems and prospects. *Ethnohistory*, v. 29, n. 1, p. 1-19, winter 1982.

VAL FLORIANA, Mansueto Barcatta de. Dicionários Kainjgang-Portuguez e Portuguez-Kainjgang. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 12, p. 1-392, 1920.

VALENTINE, Charles A. Symposium on the Concept of Ethnohistory – Comment. *Ethnohistory*, v. 8, n. 3, p. 271-280, 1961.

VECHIA, Zilma Haick Dalla. *Registro do Vigário: da Vila de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava*. Guarapuava: Unicentro, 2017.

VOEGELIN, Erminie Wheeler. An Ethnohistorian's Viewpoint. *Ethnohistory*, v. 1, n. 2, p. 166-171, 1954.

WASHBURN, Wilcomb. Ethnohistory: History “In the Round”. *Ethnohistory*, v. 8, n. 1, p. 31-48, 1961.

WIESEMANN, Ursula. *Dicionário Kaingáng-Português, Dicionário Bilingue*. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2002.

Notas

¹ Utilizaremos aqui a grafia *Nerinhê*, do padre Chagas Lima, que escreveu em sua Informação de janeiro de 1826: “Os Dorins em hum campo considerável, por nos ainda não conhecido, o que esta próximo ao seu Alojamento; denominado pelos índios Nerinhê, isto he, Campo das Laranjeiras por haverem ahi muitas arvores silvestres desta qualidade” (LIMA, 15/01/1826). Outras formas de grafia: Müller, em seu mapa de 1815, grafou *Nherinhe* (MÜLLER, 1815); no dicionário de Val-Floriana, a palavra laranja aparece grafada como *Nerénje* (VAL FLORIANA, 1920, p. 142), e Ursula Wiesemann grafou laranja como *Nêrjê*, (WIESEMANN, 2002, p. 62).

² A história administrativa dos territórios que compõe hoje o Estado do Paraná tem as seguintes demarcações: entre 1660 e 1770, a região foi a Capitania de Paranaguá, a partir de 1770 ela foi extinta e incorporada à Capitania de São Paulo como a 5ª Comarca de Paranaguá e Curitiba e em 1853 ela foi emancipada como Província. Os esforços políticos pela sua emancipação começam em 1811, quando comerciantes de Paranaguá levam a reivindicação para a corte no Rio de Janeiro. Em 1821 ocorreu uma segunda tentativa, conhecida como “conjura separatista”, que fracassou. A terceira tentativa teve início em 1843, quando o projeto de emancipação foi pautado na Assembleia Geral e somente aprovado em 2 de agosto de 1853, e a Província instalada em 19 de dezembro desse mesmo ano. A emancipação política do Paraná estava imbricada com a Revolução Farroupilha, com destaque para a atuação do Barão de Antonina, que cooptou setores da elite campeira e comercial do Paraná contra os farrapos. Esses alinhamentos e contraposições aparecem em determinados momentos do nosso texto.

³ Cf. Francisco das Chagas Lima. Manuscrito, 20/05/1825. No rodapé desse manuscrito, Chagas Lima dá o significado do nome dos grupos Kaingang existentes na freguesia de Guarapuava: “Camés, no idioma do Pais quer dizer = tímidos ou Medrosos. Votoroes quer dizer: habitantes do Morro Vuturuna. Cayeres quer dizer: Macacos”. As informações de Chagas Lima se referem às “hordas”, grupos Kaingang com locais de moradias/territórios definidos e lideranças nominadas. Adotamos a perspectiva de Ricardo Cid Fernandes (2004, p. 107) de que os grupos nominados por Chagas Lima eram “unidades político-territoriais”. Não entraremos nas discussões realizadas nas etnografias sobre os Kaingang que utilizam as nomenclaturas de *Camés* e *Votorões* relacionando-as com as metades exogâmicas da sociedade Kaingang (BORBA, 1904; NIMUENDAJU, 1993; BALDUS, 1937; FERNANDES, 1941).

⁴ Para as questões metodológicas da etno-história e o debate sobre o tema iniciado na Conferência de Columbus em 1953, ver os trabalhos publicados na revista *Ethnohistory*, v. 8, n. 1, em 1961. Os comentários relativos aos *papers* apresentados foram publicados nesse mesmo ano no v. 8, n. 2. O tema foi abordado sob várias perspectivas, por pesquisadores de diversas áreas, desde o folclore (DORSON, 1961), a história (WASHBURN, 1961), a antropologia (VOEGELIN, 1954; VALENTINE, 1961; LEACOCK, 1961; EWERS, 1961; LURIE, 1961) e a arqueologia (BAERREIS, 1961). Desde então foram publicadas várias sínteses sobre a temática, com destaque para Carmack (1972), Trigger (1982) e um balanço publicado por Kelly K. Chaves em 2008. No Brasil, ver as sínteses publicadas por Jorge Eremites de Oliveira (2003), Thiago Cavalcante (2011) e Lúcio Tadeu MOTA (2014). Muitos são os pesquisadores que têm tratado da história dos povos indígenas no Brasil nas últimas quatro décadas. Não caberia aqui um balanço desses autores, mas é necessário destacar, pela perspectiva antropológica, os trabalhos de João Pacheco de Oliveira Filho, e, de um ponto de vista histórico, os trabalhos de John Monteiro.

⁵ As informações sobre os sítios arqueológicos podem ser acessadas no CNSA – Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN, no link <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>. A possível correlação das Tradições ceramistas de Itararé, Casa de Pedra e Taquara com as populações Jê no Sul do Brasil são apontadas por alguns pesquisadores do Pronapa (CHMYZ, 1963, p. 509; CHMYZ, 1967, p. 35; CHMYZ, 1968, p. 58). Tom Oliver Miller Junior propôs, em 1978, que: “as Tradições Cerâmicas Itararé e Casa de Pedra são sub-tradições de uma única tradição cerâmica associada com a utilizada pelos povos de fala caingang-xokleng conhecidos historicamente” (MILLER JUNIOR, 1978, p. 33). Desde então, diversos arqueólogos têm relacionado as populações que fabricaram artefatos cerâmicos, definidos como Tradição Itararé, Taquara, e Casa de Pedra, com os ancestrais das populações Jê no Sul do Brasil.

⁶ As coordenadas em UTM dos sítios localizados no Município de Ubiratã, pesquisado por Chmyz e Sauner (1971), são as do recadastramento feito por Antônio Carlos Mathias Cavalheiro, Relatório parcial 2, Processo nº 01508.000827/2016-41, 2019.

⁷ Conforme Telêmaco Borba em *Actualidade indígena* (1908, p. 118), os Campos de Guarapuava eram chamados pelos Kaingang de *Côranbang-rê* (*Coran* = dia, ou claro, *bang* = grande, *Rê* = campo): Campo do claro grande ou Clareira grande. Seguindo a convenção da ABA sobre a grafia dos nomes tribais, substituímos o c pelo k e adotamos a grafia de Koran-bang-rê, em vez da *Côranbang-rê* utilizada por Borba.

⁸ A historiografia paranaense é pródiga ao tratar dos Campos do Payquere, Paequere ou Paiquere. Inúmeros são os documentos e os textos históricos que falam dessa região que deveria estar ao norte/noroeste de Guarapuava. Ermelino de Leão (1928), no seu *Dicionário histórico e geográfico do Paraná*, afirma que a palavra *paequerê* é da língua Kamé ou Kaingangue e corresponde a: *pae* = Senhor, e *erê* = campo: campo do Senhor. Sabemos que Pahi ou Pahy significa homem, cacique, chefe de um grupo etc., sempre alguém com ascendência no grupo. A palavra ke também significa fazer, e rê é igual a campo. Assim, poderemos, por ora – até que pesquisas linguísticas mais aprimoradas nos deem o verdadeiro significado –, inferir que Pahy-ke-rê poderia ser: Campos do Chefe ou Campos do Cacique.

⁹ Conforme Telêmaco Borba em *Actualidade indígena* (1908, p. 118): *Xongú é o nome, no idioma dos kaingangues, de um pequeno arbusto espinhoso que dá neste campo, mas os Kaingangues chamam ao campo, mais commumente: Mincriniarê. Mim, Tigre, Crin, cabeça; Lá, abreviação de iapri, caminho, Rê, campo. Campo da cabeça do tigre no caminho. Contam que, os que iam adiante, na sahida deste campo, mataram um tigre, cortaram-lhe a cabeça, espetaram-n'a em um pao, e o fincaram no caminho, os que vinham atraz viam a cabeça e diziam - Mincrinia - Tigre, cabeça, caminho: Dahi proveio ao campo seo nome que foi substituido pelo outro de Xongú que alteraram em Xagú, e em seguida ficou com a grafia portuguesa de Chagu.*

¹⁰ Francisco das Chagas Lima. Estado actual da conquista de Guarapuava no fim do ano de 1821. In: Arthur M. Franco. *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava*. p. 239. Professores Kaingang, da TI Rio das Cobras, informaram ao autor que *Dorin* pode ter sido o nome de um cacique, uma palavra composta de *Do* = flecha, e *rin* = carrega, um indivíduo ou uma liderança com habilidade no uso do arco e flecha.

¹¹ Cf. *Collecção das Leis e Resoluções decretadas pela assembléa Legislativa da Província de São Paulo*: contendo os actos das secções de 1835-1836-1837. Typographia de Costa Silveira: São Paulo, 1837, p. 69. Sobre o envio de degredados para a vila de Guarapuava ver Fabio Pontarolo (2007).

¹² As propriedades registradas no livro de *Registro do Vigário* a partir de 1855 estavam se adequando à Lei de Terras de 1850 e às regulamentações estabelecidas pelo Decreto nº 1318 de 30 de janeiro de 1854 do governo do Império.

¹³ Adotamos aqui a definição de Vechia (2017, p. 351) de que uma légua enquanto uma medida linear é equivalente a 6.600 metros.

¹⁴ Cristiano Augusto Durat coloca Manoel Joaquim Machado como o único herdeiro do Alferes Domingos Floriano Machado (DURAT, 2019, p. 349).

¹⁵ Sobre sua nomeação para a Diretoria Geral dos índios em São Paulo, ver ofício de José J. M. de Oliveira ao Presidente da Província Josino do Nascimento Silva, de 29/05/1846. APESP. Manuscritos. Ofícios Diversos, Caixa 93. pasta 1, documento 81, ordem 888. Em sua trajetória político-administrativa, Machado foi afastado da administração da província do Pará, no início da década de 1830, por pressões dos proprietários de terras e políticos da região no episódio da Cabanagem. (MOREIRA NETO, 1971, p. 386). Na sua passagem pela Província do Espírito Santo, ele emitiu um parecer à Assembleia Legislativa para abolir os aldeamentos do Rio Doce, justificando que tinham trazido grandes despesas ao Estado e beneficiado apenas aos empregados do aldeamento e não aos indígenas, e declarou que era favorável aos aldeamentos indígenas, mas fundados sobre bases sólidas que pudessem atender ao fim primordial de trazer os indígenas à civilização. (OLIVEIRA, 1845, p. 235-239). Especificamente sobre sua atuação na Diretoria dos índios em São Paulo, ver Gabriela Piai de Assis (2015).

¹⁶ Ofício de José Joaquim Machado de Oliveira – Diretor dos Índios ao Presidente da Província de S. Paulo Vicente Pires da Motta, de 07/11/1848. APESP. Manuscritos. Ofícios Diversos (1824 – 1853) Caixa 095. pasta 3, documento 034, ordem 890. Esse índio de nome Francisco era Francisco Luiz Tigre Gacon, que nessa época iniciava a luta pela retomada da Sesmaria de Atalaia “doada” por D. Joao VI aos Kaingang comandados por seu pai Luiz Tigre Gagon em 1819. Sobre sua luta e biografia ver Durat (2019).

¹⁷ Ofício de José Joaquim Machado de Oliveira – Diretor dos Índios ao Presidente da Província de S. Paulo Vicente Pires da Motta, de 16/11/1848. APESP. Manuscritos. Ofícios Diversos (1824 – 1853) Caixa 095. pasta 3, documento 66, ordem 890. Outra possibilidade por não ter obtido resposta de Rocha Loures é por esse já estar adoentado; ele faleceu em 20/02/1849.

¹⁸ Ofício da Câmara Municipal de Guarapuava ao Presidente da Província de São Paulo Josino do Nascimento Silva, em 20/05/1853. APESP. Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824 – 1853) Pasta 2, documento 61, ordem 1025, folha 94 e 95. Assinam o ofício os seguintes vereadores: Francisco Ferreira da Rocha Loures, Antônio de Sá Camargo, Hermenegildo Alves de Araújo, Joaquim José de Lacerda, Cipriano José da Silva e Pedro de Siqueira Cortes. Todos os vereadores eram proprietários de fazendas em Guarapuava e Palmas.

¹⁹ Ofício do Inspetor da Tesouraria da Província ao Presidente da Província de S. Paulo, em 02/11/1853, informando que foi decretada a quantia de 1:000\$000 (Um conto de reis) para o Aldeamento do Jatahy. APESP. Manuscritos. Ofícios Diversos Pasta 1, documento 11, ordem 898, folha 26. Para maiores detalhes sobre esse aldeamento ver: Lúcio Tadeu MOTA. *As colônias indígenas no Paraná provincial*. Curitiba: Aos quatro ventos, 2000

²⁰ Cf. Relatório da Repartição dos Negócio do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 6ª Legislatura pelo respeito Ministro e Secretário de Estado Joaquim Marcelino Brito. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1847, p. 74. O major engenheiro Beaurepaire-Rohan não tinha simpatias pela catequese, ele propugnava a civilização, em ir acostumando os indígenas “aos nossos commodos e fazer-lhes sentir que esses commodos não se adquirem senão pelo trabalho. Aos encantos da vida selvagem, onde reina a abundância e a liberdade, é preciso oppôr o bem-estar que só pode oferecer uma sociedade regular” (ROHAN, 1851, p. 200-201).

²¹ Cf. O Diário do RJ, de 16 de fevereiro de 1848, p. 2. Nomeação também noticiada no Correio Mercantil de 17 de fevereiro de 1848, p. 2-3.

²² Cf. Relatório da Repartição dos Negócio do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 8ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Visconde de Monte Alegre. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1850a, p. 61-62. Notícias sobre a estrada nesse período estão nos jornais: Correio Mercantil de 10 de setembro de 1848, p. 2; e O Diário do RJ, de 10 de novembro de 1848, p. 1.

²³ Ofício de Pedro Aloys Scherer dirigido ao Brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures – Diretor Geral dos Índios da Província do Paraná. Vila de Guarapuava, 4 de outubro de 1858. Esse ofício está apenso ao Relatório de, Francisco Ferreira da Rocha Loures – diretor-geral dos índios da província do Paraná, enviado ao Francisco Liberato de Mattos, – presidente da província do Paraná, em 12/11/1858. APP Código de referência 0201 BR APPR PB 001 DGI.126. 1858 Doc manuscrito. Este ofício foi publicado no Boletim do Arquivo Público do Paraná, Curitiba. Ano 8, nº 13, p. 11-12. Em maio de 1852 Camilo Lélis da Silva informou que os territórios Kaingang do *Nerinhé* eram abundantes em mais de 40 tipos de madeiras, mas era de *gigantescos pinheiros (Araucaria angustifolia)* as imensas florestas que forneciam alimentos aos indígenas e a fauna que dele se alimentava. E as terras eram férteis apropriadas para a lavoura, e ideal para fundação de colônias de povoamento (SILVA, 1865).

²⁴ Em janeiro de 1849, o Ministério da Guerra autorizou a compra de cronometro novo, na Casa Norris & Couto, por 436U rs, em substituição ao antigo, que não funcionava (Diário do RJ, de 19 de janeiro de 1849, p. 1)

²⁵ Cf. SILVA, Camilo Lélis da. Diário de uma viagem feita pelos sertões de Guarapuava ao rio Paraná. *RIHGB*, v. 28, n 1, p.26. Rio de Janeiro, 1865. Ele terminou seu diário de viagem no acampamento do Chagu no dia 12 de setembro de 1849. Junto ao diário deixou uma lista de animais abatidos durante a viagem, uma lista de abelheiras coletadas, e espécie de peixes pescados no rio Paraná.

²⁶ BRASIL IMPERIO — AVISO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1851. Dá instruções para a abertura da estrada desde Guarapuava, na província de S. Paulo, até ao Pío Paraná, 3ª Secção. Rio de Janeiro: Ministério dós Negócios do Império, em 28 de fevereiro de 1851. Diário do Rio de Janeiro, 5 de maio de 1851, p. 1.

²⁷ Cf. Expediente do Ministério do Império de 28 de fevereiro de 1851a. Diário do Rio de Janeiro, 6 de março de 1851, p.1. Ver também Relatório da Repartição dos Negócio do Império apresentado á Assembleia Geral Legislativa na 3ª Sessão da 8ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Visconde de Monte Alegre. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1851b, p. 45b.

²⁸ Cf. O Compilador Paulistano, 15 de janeiro de 1853. Nesses anos o piloto Camilo Lélis tinha sido exonerado de seu cargo de comandante interino da expedição.

²⁹ Relatório... Octávio Nebias. na Assembleia Legislativa Provincial no dia 17 de dezembro de 1852. São Paulo, Typpografia do governo, p. 4.

³⁰ Cf. Diário do Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1853, p.1. Os gastos com a estrada, que alguns deputados dizem ter chegado à quantia de 90:000\$000 (noventa conto de reis), foram debatidos nas sessões da Assembleia Geral no Rio de Janeiro. Cf. Annaes do Parlamento, 8 de julho de 1853, p. 129.

³¹ Ofício da Câmara Municipal de Guarapuava ao Presidente da Província de S. Paulo. APESP. Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824 – 1853) Caixa 230. pasta 2, documento 61, ordem 1025.

³² Cf, Relatório da Repartição dos Negócio do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 8ª Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Visconde de Monte Alegre. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1850b, p. 9.

³³ Comunicação apensa ao ofício de José Joaquim Machado de Oliveira ao Presidente da Província de S. Paulo Vicente Pires da Mota, de 27/01/1851. APESP. Manuscritos. Ofícios Diversos de Guarapuava (1824 – 1853) Caixa 99. pasta 15, documento 02, ordem 0894, folha 13. Cf. também Teixeira (1997, p. 10).

³⁴ Ministério dós Negócios do Império, Expediente do dia 3 de dezembro de 1851. Diário do Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1851, p. 1.

- ³⁵ Zacarias de Goés e Vasconcelos foi o primeiro presidente da Província do Paraná. Nomeado em setembro só tomou posse em 19/12/1853, data da instalação da província.
- ³⁶ Ofício do subdelegado de polícia de Guarapuava, Francisco M. França, ao presidente da província, Zacarias de Goés e Vasconcelos. Ofícios, 09/02/1854. 1854, vol. 2, p. 58. APEP, doc. Manuscrito.
- ³⁷ As informações sobre o nome da fazenda e dos Campos do Chagu vem do Relatório que Camillo Lélis da Silva ao presidente da província de São Paulo em 1852. Pelo Relatório de Lélis da Silva sabemos que ali estava estacionado um destacamento de soldados, devido as constantes aparições dos índios nas imediações do acampamento, comandados pelo cadete Luiz d'Arlicourt Sabo e com a supervisão de Domingos F. Machado. O Mercantil. São Paulo, 7 de fevereiro de 1852, p.1-2.
- ³⁸ A narrativa de Deggaembang para Telêmaco Borba deve ter ocorrido em meados de 1863, quando Borba assumiu o cargo de administrador do Aldeamento de São Pedro de Alcântara, e ali o encontrou. "O autor destas linhas ouviu do cacique Deggaembang, a narração do extermínio por elle praticado na familia Machado, (...) mas necessitava de ferramentas e roupas que Machado possuía. Temendo a vingança dos brancos e dos indios aliados, vieram apresentar-se no Jatahi, onde aldearam- se" (BORBA, 1908, p. 131).
- ³⁹ Cf. Dezenove de Dezembro, Curitiba, 8 de julho de 1854, p.2. Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1854, p. 1.
- ⁴⁰ Ofício da Câmara Municipal de Guarapuava ao presidente da província, Zacarias de Goés e Vasconcelos. Ofícios, 10/02/1854. 1854, vol. 02, p. 186. APEP, doc. Manuscrito.
- ⁴¹ O ataque Kaingang foi noticiado no jornal *Dezenove de Dezembro*, de Curitiba, em 8 de julho de 1854, no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, no dia 19 de março de 1854 e do dia 28 de abril de 1854, no *Diário de Pernambuco* de 1 de abril de 1854 e no *Diário do RJ*, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1854, p. 1. Aqui é a reprodução do Relatório do Presidente Zacarias de julho desse ano.
- ⁴² Cf. Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 29 de abril de 1854, p. 1. Os editores do jornal informam que a fonte das informações foi uma carta recebida de Curitiba.

Lúcio Tadeu Mota. Graduado em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1980), mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992) e doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998). Realizou estágios de Pós-doutorado em Antropologia Social no Museu Nacional do Rio de Janeiro (2000/2001), e em Arqueologia no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (2014/2015). É Professor Associado III no Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá/UEM-PR. Desenvolve estudos e pesquisas nas áreas de História indígena, Antropologia e Arqueologia relacionadas às populações indígenas no Sul do Brasil, com ênfase nas populações Kaingang e Xetá. Foi proponente e coordenador de diversos projetos de inovação, desenvolvimento, pesquisa e extensão aprovados por agências de fomento como CAPES, CNPQ, Fundação Araucária, Ministério da Cultura/MINC; Ministério do Meio Ambiente / Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA e Ministério da Educação. É credenciado aos Programas de Pós-Graduação em História (Mestrado e Doutorado) da UEM-PR e da UFGD-MS. Atualmente é coordenador do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história da UEM.

Submissão: 09/08/2021

Aceite: 15/03/2022

Editores: Karina Anhezini e Eduardo Romero de Oliveira